

Prodetur SALVADOR
INSTALAÇÃO DA CASA DA HISTÓRIA E ARQUIVO PÚBLICO
MUNICIPAL
PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – PGAS
VERSÃO FINAL

Salvador – BA
Março de 2020

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	Descrição das Obras de construção e restauração da Casa da História e Arquivo Público ..	4
3	MARCO LEGAL	20
3.1	Aspectos Legais na Esfera Federal	20
3.2	Legislação Estadual.....	30
3.3	Legislação Municipal	32
4	POLÍTICAS E SALVAGUARDAS	33
4.1	Políticas de meio ambiente e Cumprimento de Salvaguardas.....	33
4.2	Responsabilidades Institucionais para a Gestão Ambiental	36
5	PRINCIPAIS IMPACTOS E MEDIDAS	39
6	PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – PGAS	42
6.1	PDPGAO - Programa de Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento e Gestão Ambiental e Social das Obras	42
6.1.1	Procedimentos e Diretrizes	43
6.1.2	Responsável pela Execução/Implementação do Programa	46
6.2	PCAO - Programa de Controle Ambiental de Obras.....	47
6.2.1	Objetivos	47
6.2.2	Procedimentos do Gerenciamento Ambiental das Obras.....	47
6.2.3	Atividades de Planejamento Ambiental de Obras	50
6.2.4	Atividades da Fase de Obras	51
6.2.5	Inserção do Programa no Cronograma	64
6.2.6	Responsável pela Execução/Implementação do Programa	64
6.3	PCS - Programa de Comunicação Social e Mecanismo de Gestão de Queixas	65
6.3.1	Objetivos	65
6.3.2	Atividades Propostas / Abordagens	65
6.3.3	Inserção do Programa no Cronograma	68
6.3.4	Responsável pela Execução/Implementação do Programa	68
6.4	PCPC – Programa de Consulta Pública Comunitária	68
6.4.1	Chamamento e Mobilização Social	69
6.4.2	Roteiro das Consultas e Reuniões	69
6.4.3	Responsável pela Execução/Implementação do Programa	70
6.5	PRCC - Programa de Gestão dos Resíduos de Demolição e Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil	71
6.5.1	Objetivo	71
6.5.2	Atividades Propostas / Abordagem.....	71
6.5.3	Inserção do Programa no Cronograma	75
6.5.4	Responsável pela Execução/Implementação do Programa	75

1 INTRODUÇÃO

O Município do Salvador e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram o Contrato de Empréstimo nº 3682/OC-BR, visando o financiamento do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR SALVADOR. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT) é o órgão executor do Programa e para coordenar, supervisionar e gerir operacional e financeiramente foi criada uma Unidade Coordenadora do Programa (UCP).

O PRODETUR SALVADOR está inserido no Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, que busca o desenvolvimento da atividade turística nos estados brasileiros, de suas capitais e municípios, com mais de um milhão de habitantes, cuja execução se dá por intervenções públicas através de projetos e ações que fortaleçam a atividade do turismo sustentável, constituindo-se, dessa forma, numa importante alternativa econômica geradora de emprego e renda, além de apoiar a implantação, recuperação ou adequação da infraestrutura pública e a sua conservação.

O PRODETUR SALVADOR busca promover o desenvolvimento do turismo, visando o aumento da renda e do emprego formal da população de Salvador, com ênfase na cultura local e nos afrodescendentes, aumentar os gastos dos turistas em visita à cidade, assim como a parcela desses gastos que beneficia à população local e, particularmente, à população afrodescendente, mediante o incentivo ao turismo cultural e de sol e praia, à melhoria da infraestrutura e o apoio institucional à gestão do turismo.

Estes objetivos correspondem respectivamente aos 04 componentes do PRODETUR SALVADOR:

- Componente I – Produto Turístico Competitivo e Socialmente Inclusivo, que está voltado para o incentivo aos produtos de turismo cultural e de sol e praia, em áreas de Salvador com comprovado e significativo potencial turístico e inseridas na área de abrangência do Programa, mediante a valorização dos principais atrativos turísticos que são bens públicos e a estruturação de cadeias de valor competitivas e socialmente inclusivas da comunidade afrodescendente.
- Componente II – Comercialização Turística, que contemplará ações que visam melhorar o posicionamento turístico de Salvador como destino cultural e de sol e praia, procurando aumentar a proporção de turistas de lazer que visitem a cidade influenciados pela promoção turística.
- Componente III – Fortalecimento Institucional, voltado à gestão turística dentro da Prefeitura, visando integrar ações orientadas a fortalecer a capacidade de gestão do turismo a nível municipal, favorecendo a atuação do COMTUR – Conselho Municipal do Turismo e incentivando uma maior participação da comunidade afrodescendente no setor.
- Componente IV - Gestão Ambiental, dirigido a melhorar a gestão ambiental no setor de turismo, por meio da melhoria da gestão dos resíduos sólidos e da gestão do litoral nas áreas turísticas que serão beneficiadas pelas obras do Componente I.

Previsto no componente I do PRODETUR Salvador está a obra de **Construção e Restauração da Casa da História e Arquivo Público** e, com a finalidade específica de orientar as ações sociais e ambientais da referida obra, foi elaborado este **Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)**. O Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) é um instrumento de gestão para gerenciar os

riscos e impactos ambientais e sociais das obras financiadas pelo BID, em especial aquelas classificadas na categoria B. E nele são desenhados os programas que detalham medidas preventivas, mitigadoras e corretivas e que estabelecem procedimentos de ações socioambientais para atuarem sobre os impactos ambientais e sociais adversos ou negativos, e na potencialização dos impactos positivos (cuidados e medidas que visam garantir e amplificar os impactos benéficos causados pelo Programa).

Este documento está baseado nas análises diagnósticas e prognósticas dos Estudos Ambientais elaborados para o PRODETUR Salvador, incluindo o PGAS elaborado no ano de 2016. Neste documento também são incluídos os órgãos e entidades que têm a contribuir e participar da gestão socioambiental da obra, em consonância com suas competências no âmbito da administração pública municipal.

A aplicação do PGAS contribuirá para uma assistência técnica à Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT, através de sua agência executora do Programa, e demais entes relacionados com as intervenções, a fim de cumprirem as salvaguardas sociais e ambientais regidas pelas políticas operacionais do BID.

2 DESCRIÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DA CASA DA HISTÓRIA E ARQUIVO PÚBLICO

O Programa prevê intervenções físicas de construção e restauração da Casa da História e Arquivo Público Municipal. A Casa da História será implantada em um antigo casarão no qual se prevê o restauro da sua fachada e a revitalização de toda sua estrutura interna praticamente inexistente, atualmente. Para o Arquivo Público Municipal será construído um prédio anexo à edificação onde será implantada a Casa da História.

As obras de construção e restauração acontecerão na Rua Portugal, bairro do Comércio, área urbana de Salvador-BA, próximo à Praça Visconde de Cayrú. O ambiente é antropizado e não há interferência em patrimônios ambientais.

As obras que atualmente vem sendo realizadas na Praça Visconde de Cayrú, também de responsabilidade da Prefeitura Municipal, próximas à Casa da História e Arquivo Público é, por outro lado, uma variável importante para ser considerada como fator potencializador e sinérgico de impactos cumulativos. Deve-se considerar, ademais, que tais obras podem ter sinergia nas ações ligadas à gestão de trânsito, resíduos, entre outros.

Figura 1 – Localização da futura Casa da História e Arquivo Público



Fonte: SECULT/UCP

A Casa da História contempla 4 pavimentos e o Arquivo Histórico com 11 pavimentos além do térreo e o mezanino. As primeiras ações a serem executadas no antigo casarão a ser reformado são:

- Tapumes de proteção, com sinalização luminosa.
- Demolições e retiradas de elementos não fixados ou que apresentem riscos.
- Sistema de esgotamento sanitário, com ligação à rede de coleta.
- Sinalização horizontal e vertical.

A construção do novo prédio para receber o arquivo histórico contará com as seguintes estruturas:

- Apoio a funcionários.
- Áreas técnicas.
- Áreas administrativas.
- Banheiros.
- Salas para oficinas.
- Estrutura para acondicionamento do acervo.
- Área de atendimento ao usuário.

As figuras a seguir apresentam plantas dos pavimentos previstos na construção do novo prédio e alguns croquis do perfil da fachada.

Figura 2 – Planta da Casa da História e Arquivo Histórico Público: térreo – pavimento de acesso



Fonte: SECULT/UCP

Figura 3 – Planta da Casa da História e do Arquivo Público: Mezanino



Mezanino

Sem acesso aos visitantes

- Apoio aos funcionários – 70,95 m²
- Áreas técnicas e circulação – 90,41m²

Fonte: SECULT/UCP

Figura 4 – Planta da Casa da História e do Arquivo Público: 1º pavimento



1º Pavimento

- Espaço Museológico e hall – 227,31m²
- Administração e hall – 61,80m²
- Áreas técnicas, sanitários e circulação – 291,33m²

Fonte: SECULT/UCP

Figura 5 – Planta da Casa da História e do Arquivo Público: 2º pavimento



2º Pavimento

- Oficinas e circulação – 244,02 m²
- Administração e circulação – 64,68m²
- Áreas técnicas e sanitários – 49,34 m²

Fonte: SECULT/UCP

Figura 6 – Planta da Casa da História e do Arquivo Público: 3º pavimento



3º Pavimento

- Espaço Museológico e hall - 205,60m²
- Acervo – 243,21 m²
- Áreas técnicas, sanitários e circulação – 113,07 m²

Fonte: SECULT/UCP

Figura 7 – Planta da Casa da História e do Arquivo Público: 4º pavimento



4º Pavimento

Atendimento ao usuário e circulação –
435,34 m²

Acervo – 115,70 m²

Áreas técnicas e sanitários – 31,94 m²

Fonte: SECULT/UCP

Figura 8 – Planta da Casa da História e do Arquivo Público: 5º pavimento



5º Pavimento

Sem acesso aos visitantes

- Acervo – 253,72 m²
- Áreas técnicas, sanitários e circulação – 110,54 m²

Fonte: SECULT/UCP

Figura 9 – Planta da Casa da História e do Arquivo Público: 6º e 7º pavimentos



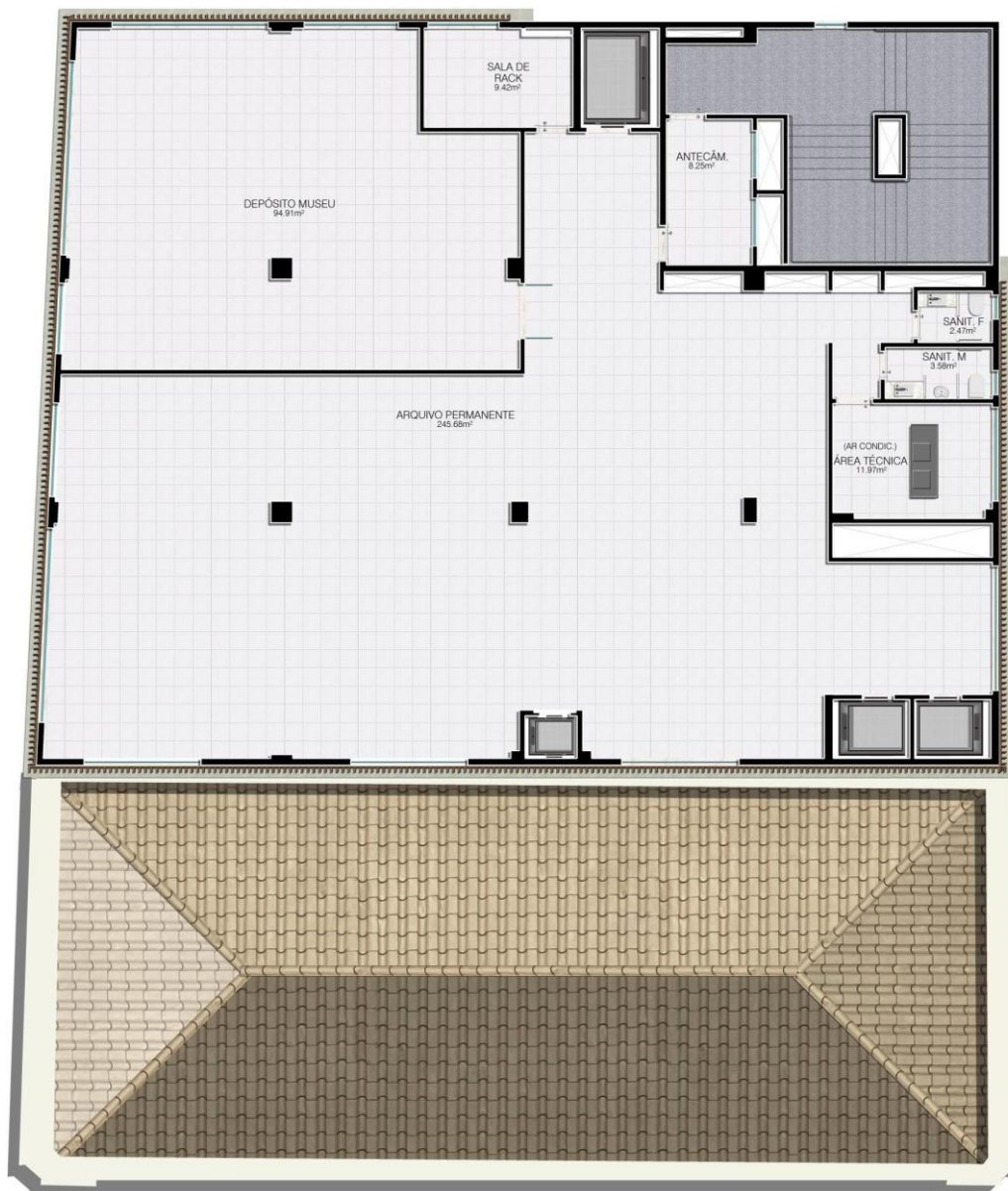
6º e 7º Pavimentos

Sem acesso aos visitantes

- Acervo – 256,67 m²
- Áreas técnicas, sanitários e circulação – 100,98 m²

Fonte: SECULT/UCP

Figura 10 – Planta da Casa da História e do Arquivo Público: 8º pavimentos



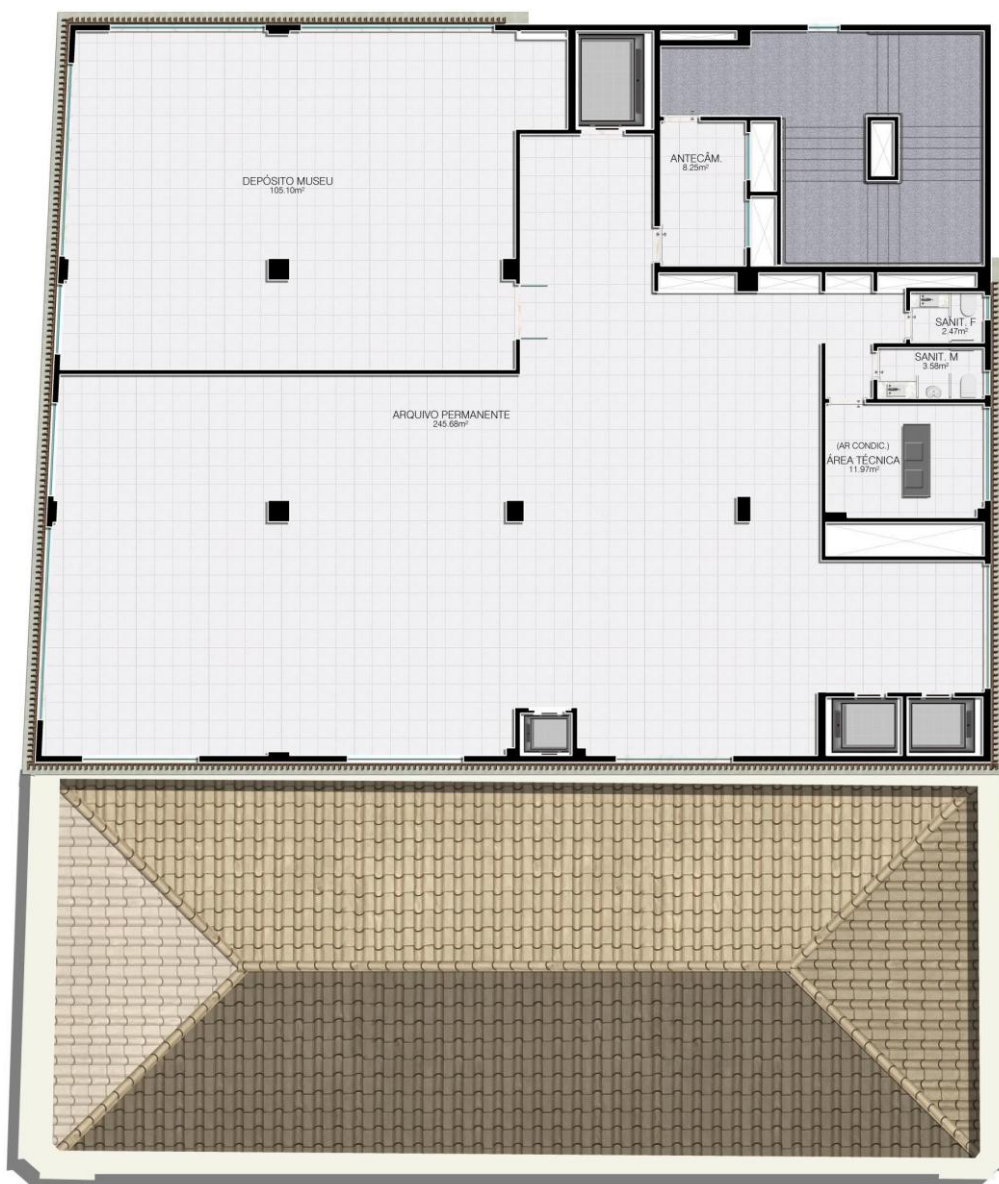
8º Pavimento

Sem acesso aos visitantes

- Acervo – 245,68 m²
- Áreas técnicas e sanitários – 122,34 m²

Fonte: SECULT/UCP

Figura 11 – Planta da Casa da História e do Arquivo Público: 9º pavimentos



9º Pavimento

Sem acesso aos visitantes

- Acervo – 245,67 m²
- Áreas técnicas e sanitários – 123,10 m²

Fonte: SECULT/UCP

Figura 12 – Planta da Casa da História e do Arquivo Público: 10º pavimentos



10º Pavimento

Sem acesso aos visitantes

- Administração e circulação – 333,73 m²
- Áreas técnicas e sanitários – 22,42 m²

Fonte: SECULT/UCP

Figura 13 – Planta da Casa da História e do Arquivo Público: 11º pavimentos



11º Pavimento

- Auditórios e foyer – 314,30 m²
- Áreas técnicas e sanitários – 42,48 m²

Fonte: SECULT/UCP

Figura 14 – Planta da Casa da História e do Arquivo Público: Terraço



- Café e circulação – 294,42 m²
- Áreas técnicas – 26,30 m²

Fonte: SECULT/UCP

Figura 15 – Casa da História e do Arquivo Público: Perspectiva Externa



Fonte: SECULT/UCP

Figura 16 – Casa da História e do Arquivo Público: Foto Montagem



Fonte: SECULT/UCP

3 MARCO LEGAL

Para assegurar a sustentabilidade socioambiental do processo de desenvolvimento turístico no Município de Salvador há que considerar, entre outros fatores de ordem técnica, econômica e financeira, o cumprimento das diretrizes e normas ambientais e sociais pertinentes à legislação do País e às exigências do BID. Também essencial é a definição dos papéis e das responsabilidades das entidades públicas envolvidas no Programa. O presente capítulo se ocupa das diretrizes e normas aplicáveis aos projetos do Programa e dessas entidades.

Os princípios, as diretrizes e o contexto institucional referente às políticas de proteção do meio ambiente expressam-se na legislação vigente no País e nos programas de gestão ambiental, nos âmbitos dos governos federal e estadual e da administração municipal.

A Constituição Federal contém um capítulo dedicado às questões ambientais e trata, em outras seções, das obrigações do Estado e da sociedade para com o meio ambiente, considerando como direito fundamental da sociedade a fruição de um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado. A defesa do meio ambiente é tida como um princípio constitucional que fundamenta a atividade econômica.

A Constituição Federal, nos Artigos 3º e 6º, estabelece procedimentos a serem observados referentes à vulnerabilidade social e direitos sociais, e que são considerados no trabalho técnico social, notadamente para evitar os passivos previstos neste PGAS.

A integração dos órgãos e instituições envolvidos com o uso dos recursos ambientais e a proteção do meio ambiente, em todas as esferas de governo, se deu já em 1981, com a promulgação da Lei no 6.938, de 31 de agosto e suas alterações, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente.

Uma importante consequência dessa lei foi a orientação da gestão ambiental no sentido da melhoria da qualidade do meio ambiente em benefício da saúde e de um desenvolvimento econômico em harmonia com a proteção ambiental, o que vigora até o presente. O meio ambiente passou a ser considerado patrimônio público a ser protegido, tendo em vista o uso racional dos recursos ambientais.

A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente estabeleceu uma série de instrumentos de gestão a serem empregados em sua implementação. Entre eles, interessam ao controle ambiental das atividades e projetos e à gestão ambiental do Prodetur Salvador (i) os padrões ambientais e (ii) o licenciamento e a avaliação de impacto ambiental. A partir da década de 1990, desenvolveram-se outros instrumentos, como a auditoria ambiental e a avaliação ambiental estratégica (AAE), esta implementada pela SECULT para a avaliação ambiental do Programa.

3.1 Aspectos Legais na Esfera Federal

Neste item estão relacionadas algumas das principais leis, decretos, normas e outros dispositivos legais que incidem sobre a área onde serão implantadas as obras do Programa. Esses dispositivos legais estão relacionados e descritos maneira sucinta, reunidos segundo os temas e a instância de governo responsável pela sua aplicação.

Vale ressaltar que a Legislação Ambiental vigente tem como principal objetivo controlar as atividades que afetam ou modificam de forma significativa o meio ambiente. Os projetos

previstos no Programa estão classificados dentre aqueles que deverão ser submetidos ao Licenciamento Ambiental em razão da magnitude das potenciais alterações que serão promovidas no meio ambiente, nas fases de planejamento, construção e operação.

Constituição da República Federativa do Brasil

Promulgada em 1988, inovou ao tratar das questões do meio ambiente dedicando ao tema o Capítulo VI – Do Meio Ambiente (Título VIII - da Ordem Social), que no Art. 225 determina: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Meio Ambiente

- Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação constituindo o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Determina que esta política: tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.
- Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985 (alterada pelas Leis no 8.078, de 11/09/1990 e no 8.884, de 11/06/1994, no 9.494, de 10/09/1997 e no 10.257, de 10/07/2001 e pela Medida Provisória 2.180-35, de 27/08/2001), que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- Lei Federal no 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.
- Lei Federal no 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.
- Lei Federal no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (alterada pela Lei no 9.985, de 18/07/2000 e pela MP 2.163-41, de 23/08/2001), que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei de Crimes Ambientais).
- Decreto Federal no 2.519, de 16 de março de 1998, que promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992.
- Lei Federal no 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
- Decreto Federal no 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (infração administrativa ambiental).
- Decreto Federal no 4.339, de 22 de agosto de 2002, que institui princípios e diretrizes para a implantação da Política Nacional da Biodiversidade.
- Lei Federal no 10.650, de 16 de abril de 2003, que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.

- Decreto Federal no 855, de 30 de janeiro de 2004, que altera os Decretos no 5.741 e 5.742, datados de 19 de dezembro de 2002, que regulamentam, respectivamente, o Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadores de Recursos Ambientais e o Cadastro Técnico de Atividades de Defesa Ambiental.
- Decreto Federal no 5.877, de 17 de agosto de 2006, que dá nova redação ao art. 4º do Decreto no 3.524, de 26 de junho de 2000, que regulamenta a Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente.
- Instrução Normativa IBAMA no 154, de 1 de março de 2007, que institui o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) e dispõe sobre licenças, coleta e captura de espécies da fauna e flora e acesso ao patrimônio genético.
- Lei Federal no 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes.
- Decreto Federal no 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.
- Lei Complementar no 140, de 08 de dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Cobertura Vegetal

- Lei Federal no 7.754, de 14 de abril de 1989, que estabelece medidas para a proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências.
- Portaria IBAMA no 37-N, de 03 de abril de 1992, que dispõe sobre a lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçada de extinção.
- Instrução Normativa no 06, de 23 de setembro de 2008, que traz a lista de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção.
- Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal Brasileiro), e suas alterações previstas na Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis no 6.938, de 31 de agosto de 1981, no 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e no 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis no 4.771, de 15 de setembro de 1965, e no 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. Estabelece no seu artigo 8º que a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental.

Segundo o Art. 4º do Código Florestal Brasileiro, que define as áreas previstas de preservação permanente, em seu inciso III, são consideradas APP as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento.

Emissão de Ruídos

- Resolução CONAMA no 01, de 08 de março de 1990, que dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, determinando padrões, critérios e diretrizes. A emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais comerciais ou recreativas obedecerá, no interesse da saúde, do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidas pela norma NBR 10.151/2000.
- Norma Brasileira ABNT NBR 10151/2000, que trata da avaliação de ruídos em áreas habitadas visando o conforto da comunidade. Estabelece as condições exigíveis para avaliação da aceitabilidade do ruído em comunidades, independentemente da existência de reclamações. Especificar método para a medição de ruído, a aplicação de correções nos níveis medidos se o ruído apresentar características especiais e uma comparação dos níveis corrigidos com um critério que leva em conta vários fatores.

Qualidade do Ar

- Resolução CONAMA no 05, de 15 de junho de 1989, que dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar – PRONAR.
- Resolução CONAMA no 03, de 28 de junho de 1990, que estabelece os padrões de qualidade do ar e define o objetivo a ser atingido mediante a estratégia de controle fixada pelos padrões de emissão que deverão orientar a elaboração de Planos Regionais de Controle de Poluição do Ar. Define padrões de qualidade do ar como sendo as concentrações de poluentes atmosféricos que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, bem como ocasionar danos à flora e à fauna, aos materiais e ao meio ambiente em geral e estabelece que (i) Padrões Primários de Qualidade do Ar - são as concentrações de poluentes que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde da população. Segundo (ii) Padrões Secundários de Qualidade do Ar - são as concentrações de poluentes abaixo das quais se prevê o mínimo efeito adverso sobre o bem-estar da população, assim como o mínimo dano à fauna, à flora, aos materiais e ao meio ambiente em geral.
- Resolução CONAMA no 382, de 26 de dezembro de 2006, que estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.

Saneamento Básico

- Lei Federal no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978.

Resíduos Sólidos

- Resolução CONAMA no 1A, de 23 de janeiro de 1986, que estabelece normas ao transporte de produtos perigosos que circulem próximos a áreas densamente povoadas, de proteção de mananciais e do ambiente natural.

- Lei Federal no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.
- Decreto Federal no 98.816, de 11 de janeiro de 1990, que regulamentou a Lei nº 7.802/1989.
- Resolução CONAMA no 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais. Define as responsabilidades do poder público e dos agentes privados quanto aos resíduos da construção civil e torna obrigatória a adoção de planos integrados de gerenciamento nos municípios, além de projetos de gerenciamento dos resíduos nos canteiros de obra, ao mesmo tempo em que cria condições legais para aplicação da Lei Federal no 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), no que diz respeito aos resíduos da construção civil.
- Norma Brasileira ABNT NBR 10004/2004, que classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente.
- Resolução CONAMA no 362, de 23 de junho de 2005, que dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.
- Lei no 12.305, de 02 de agosto de 2010, que define a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis. Classifica os Resíduos Sólidos:
 - I - Quanto à origem: a) resíduos domiciliares; b) resíduos de limpeza urbana; c) resíduos sólidos urbanos; d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços; e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico; f) resíduos industriais; g) resíduos de serviços de saúde; h) resíduos da construção civil; i) resíduos agrossilvopastoris; j) resíduos de serviços de transportes; k) resíduos de mineração;
 - II - Quanto à periculosidade: a) resíduos perigosos; b) resíduos não perigosos.
- Decreto Federal no 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei no 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa.
- Resolução CONAMA no 454, de 01 de novembro de 2012: estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional.

Qualidade do Solo e das Águas Subterrâneas

- Decreto Federal no 303, de 28 de fevereiro de 1967, que cria o Conselho Nacional de Controle de Poluição Ambiental.

- Decreto Federal no 1.413, de 14 de agosto de 1975, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades.
- Resolução CONAMA no 396, de 03 de abril de 2008, que dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.
- Resolução CONAMA no 420, de 29 de dezembro de 2009, que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas. Com vista à prevenção e controle da qualidade do solo, os empreendimentos que desenvolvem atividades com potencial de contaminação dos solos e águas subterrâneas deverão, a critério do órgão ambiental competente: I - implantar programa de monitoramento de qualidade do solo e das águas subterrâneas na área do empreendimento e, quando necessário, na sua área de influência direta e nas águas superficiais; e II - apresentar relatório técnico conclusivo sobre a qualidade do solo e das águas subterrâneas, a cada solicitação de renovação de licença e previamente ao encerramento das atividades.

Qualidade da Água

- Decreto Federal no 79.367, de 09 de março de 1977, que dispõe sobre normas e o padrão de potabilidade de água.
- Lei Federal no 9.966, de 28 de abril de 2000, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.
- Resolução CONAMA no 274, de 29 de novembro de 2000, que revisa os critérios de balneabilidade em águas brasileiras.
- Decreto Federal no 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle, e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.
- Decreto Federal no 4.871, de 06 de novembro de 2003, que dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional.
- Resolução CONAMA no 357, de 17 de março de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.
- Resolução CONAMA no 397, de 3 de abril de 2008, que altera o inciso II do § 4o e a Tabela X do § 5o, ambos do art.34 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA nº 357, de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.
- Resolução CONAMA no 430, de 13 de maio de 2011, que complementa e altera a Resolução nº 357/2005. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.

- Portaria MS no 2.914 de 12 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Resolução CONAMA no 454, de 01 de novembro de 2012: estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional.

Patrimônio Histórico e Cultural

- Lei Federal no 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza existente no território nacional e todos os elementos que neles se encontram de acordo com o que estabelece o artigo 175 da Constituição Federal.
- Portaria IPHAN no 07, de 1 de dezembro de 1988, que regulamenta os pedidos de permissão e autorização e a comunicação prévia quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas no País a fim de que se resguardecem os objetos de valor científico e cultural presentes nos locais dessas pesquisas, conforme previsto na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Relaciona as informações que deverão acompanhar os pedidos de permissão e autorização, assim como a comunicação prévia, a serem encaminhadas ao Secretário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN apresenta, também, a relação de informações que deverão acompanhar os relatórios a serem encaminhados ao IPHAN.
- Decreto Federal no 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.
- Portaria IPHAN no 230, de 17 de dezembro de 2002, que compatibiliza os estudos preventivos de arqueologia com as fases de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, bem como define os procedimentos a serem adotadas em cada uma das fases do licenciamento ambiental. Na fase de obtenção de Licença Prévia (EIA/RIMA): Levantamento exaustivo de dados secundários arqueológicos e levantamento arqueológico de campo. A avaliação dos impactos será realizada com base no diagnóstico elaborado, na análise das cartas ambientais temáticas (geologia, geomorfologia, hidrografia, declividade e vegetação) e nas particularidades técnicas da obra. Os programas de Prospecção e de Resgate serão elaborados a partir do diagnóstico e avaliação dos impactos. Na fase de obtenção da Licença de Instalação (LI): Programa de Prospecção: prospecções intensivas nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico, da área de influência direta do empreendimento e nos locais que sofrerão impactos indiretos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico. Na fase de obtenção da Licença de Operação (LO): Execução do Programa de Resgate Arqueológico proposto no EIA e detalhado no Programa de Prospecção (LI). Deverá ser preparado um relatório detalhando as atividades desenvolvidas no campo e no laboratório, assim como, os resultados obtidos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre arqueologia da área de estudo, de maneira que a perda física de sítios arqueológicos possa ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional.

Segurança e Medicina do Trabalho

- Lei no 6.514, de 21 de dezembro de 1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências
- Portaria MTB no 3.214, 08 de junho de 1978, que aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.
- Lei Federal no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Licenciamento Ambiental

- Resolução CONAMA no 01, de 23 de janeiro de 1986, que estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação do Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
- Resolução CONAMA no 06, de 16 de setembro de 1987, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração de energia elétrica.
- Resolução CONAMA no 09, de 09 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a realização de Audiência Pública.
- Resolução CONAMA no 237, de 19 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental estabelecido pela Resolução CONAMA nº 001/86, além de exigir a apresentação de Certidões Municipais de Uso e Ocupação do Solo e exames e manifestações técnicas por parte das Prefeituras dos municípios afetados pelo empreendimento.

Política Nacional dos Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, dispõe sobre os princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos; às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Essa lei instituiu a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo.

Também definiu metas importantes que irão contribuir para a eliminação dos lixões e instituiu instrumentos de planejamento nos níveis nacional, estadual, microrregional, intermunicipal e metropolitano e municipal; além de impor que empreendedores particulares elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Política Nacional dos Resíduos Sólidos coloca o Brasil em patamar de igualdade com os principais países desenvolvidos no que concerne ao marco legal e inova com a inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, tanto na Logística Reversa quando na Coleta Seletiva.

Saúde e Segurança do Trabalhador

A seguir são apresentados os diplomas legais e normas técnicas consideradas mais relevantes no âmbito do Programa, no que tange a Saúde e Segurança do Trabalho.

- Decreto-Lei 5452 de 01 de maio de 1943, Capítulo V do Título II das Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
- Decreto 62.130 de 29/07/2017 – Cria, no âmbito da Administração direta, indireta e fundacional, equipes de trabalho denominadas "Brigada contra o Aedes aegypti" cuja função é a criação de brigadas específicas para combater o mosquito e reduzir a incidência de arboviroses.
- Portaria 3.523 de 28/08/1998 de Ministério da Saúde: Aprova Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a Qualidade do Ar de Interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizado.
- Lei 6514 de 22 de dezembro de 1977 – que altera o Capítulo V do Título II da CLT, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho.
- Portaria 3214 de 08 de junho de 1978 – Aprova as NRs – Normas Regulamentadoras do Capítulo V, do Título II, da CLT.

NR 01 – Disposições Gerais: tem como objetivo informar sobre a abrangência das NRs, bem como as obrigações do empregador e do empregado no que diz respeito ao documento legal.

NR 04 – Serviços Especializados em Eng. de Segurança e em Medicina do Trabalho: tem como objetivo informar o dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho vincula-se à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento,

NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes: tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

NR 06 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI: tem como objetivo informar a definição, a obrigatoriedade do uso e as especificações de uso dos EPIs

NR 07 – Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional: tem como objetivo estabelecer a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores.

NR 09 – Programas de Prevenção de Riscos Ambientais: tem como objetivo estabelecer a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade: tem como objetivo estabelecer os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.

NR 12 – Máquinas e Equipamentos: tem como objetivo definir referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos, e ainda à sua fabricação, importação, comercialização, exposição e cessão a qualquer título, em todas as atividades econômicas.

NR 13 – Caldeiras, Vasos de Pressão E Tubulação: Estabelece requisitos mínimos para gestão da integridade estrutural de caldeiras a vapor, vasos de pressão e suas tubulações de interligação nos aspectos relacionados à instalação, inspeção, operação e manutenção, visando à segurança e à saúde dos trabalhadores

NR 15 – Atividades e Operações Insalubres: tem como objetivo informar as atividades que são consideradas insalubres pelo MTE, em função de exposição acima dos Limites de Tolerância legais ou por meio de avaliação qualitativa de exposição do trabalhador.

NR 16 – Atividades e Operações Perigosas: tem como objetivo informar as atividades e operações consideradas perigosas por exposição a explosivos, inflamáveis, energia elétrica, radiação ionizante e por exposição a violência física.

NR 17 – Ergonomia: tem como objetivo estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. As condições de trabalho incluem aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, ao mobiliário, aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho e à própria organização do trabalho.

NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção: tem como objetivo estabelecer diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção.

NR 19 – Explosivos: As atividades de fabricação, utilização, importação, exportação, tráfego e comércio de explosivos devem obedecer ao disposto na legislação específica, em especial ao Regulamento para Fiscalização de Produtos Controlados (R-105) do Exército Brasileiro, aprovado pelo Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000.

NR 20 – Líquidos Combustíveis e Inflamáveis: Estabelece requisitos mínimos para a gestão da segurança e saúde no trabalho contra os fatores de risco de acidentes provenientes das atividades de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis

NR 21 – Trabalho a Céu Aberto: Estabelece normatização para trabalhos em locais abertos, tornando obrigatória a existência de abrigos, ainda que rústicos, capazes de proteger os trabalhadores contra intempéries. Também exige medidas especiais que protejam os trabalhadores contra a insolação excessiva, o calor, o frio, a umidade e os ventos inconvenientes. Por fim, determina que aos trabalhadores que residirem no local do trabalho, deverão ser oferecidos alojamentos que apresentem adequadas condições sanitárias

NR 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho: Estabelece parâmetros para (i) Instalações sanitárias, (ii) Vestiários, (iii) Refeitórios, (iv) Cozinhas, (v) Alojamento e (vi) Condições de higiene e conforto por ocasião das refeições.

NR 26 – Sinalização de Segurança: Estabelece parâmetros para sinalização de segurança em locais de trabalho/obra para advertência aos trabalhadores locais sobre riscos e produtos perigosos.

NR 33 – Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados: Estabelece os requisitos mínimos para identificação de espaços confinados e o reconhecimento, avaliação, monitoramento e controle dos riscos existentes, de forma a garantir permanentemente a segurança e saúde dos trabalhadores que interagem direta ou indiretamente nestes espaços.

NR 35 – Trabalho em Altura: Considera trabalho em altura toda atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda. O acesso por cordas é regulamentado no Anexo 1 e para situações de trabalho em planos inclinados, a aplicação deste anexo deve ser estabelecida por Análise de Risco.

É importante citar também as ITs – Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo:

IT 16 – Plano de Emergência contra Incêndio: Estabelece os requisitos para a elaboração, manutenção e revisão de um plano de emergência contra incêndio, visando proteger a vida, o meio ambiente e o patrimônio, bem como viabilizar a continuidade dos negócios.

IT 17 – Brigada de Incêndio: Estabelece as condições mínimas para a composição, formação, implantação, treinamento e reciclagem da brigada de incêndio e os requisitos mínimos para o dimensionamento da quantidade de bombeiro civil, para atuação em edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo, na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, reduzir os danos ao meio ambiente, até a chegada do socorro especializado, momento em que poderá atuar no apoio

IT 21 – Sistema de Proteção por extintores de incêndio: tem como objetivo estabelecer critérios para proteção contra incêndio em edificações e áreas de risco por meio de extintores de incêndio (portáteis ou sobre rodas), para o combate a princípios de incêndios, atendendo às exigências do Decreto Estadual nº 56.819/11 – Regulamento de segurança contra incêndio das edificações e áreas de risco do Estado de São Paulo.

3.2 Legislação Estadual

Constituição do Estado da Bahia

A Constituição do Estado da Bahia considera a necessidade de formulação de Políticas e Planos de Meio Ambiente, cabendo aos órgãos executores a implementação das diretrizes necessárias. Dentre outras questões, também define como patrimônio e a necessidade de manejo e regulação do Centro Histórico de Salvador, o Sítio do Descobrimento e as Zonas Costeiras.

Lei Nº 10.431/06

Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências.

Decreto Nº 10.969/08

Institui a Coordenação do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro e a Comissão Técnica do Estado da Bahia para o Acompanhamento do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima/ Projeto Orla - CTE/BA, na forma que indica, e dá outras providências.

Decreto Nº 11.235/08

Aprova o Regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, e da Lei nº 11.050, de 06 de junho de 2008.

Lei Nº 11.612/09

Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Decreto Estadual Nº 9.936/06

Cria o Comitê das Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte e dá outras providências e seu Regimento Interno

Lei Nº 12.056/11

Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências.

A Política Estadual de Educação Ambiental norteará a elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental, dos programas municipais, bem como de outros programas, projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, à educação ambiental, em consonância com a Política e o Programa Nacional de Educação Ambiental.

Lei Nº 12.377/11

A Política Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos altera a Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Lei nº 11.051, de 06 de junho de 2008, que Reestrutura o Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação.

Define ainda os ritos a serem seguidos para o licenciamento estadual de obras.

Lei Nº 12.932/14

Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências. Esta Lei institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos - PERS, dispondo sobre seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos, e estabelece normas relativas à gestão e ao gerenciamento integrados de resíduos sólidos, em regime de cooperação com o setor público, o setor empresarial e os demais segmentos da sociedade civil.

Lei Nº 12.933/14

Institui a Política Estadual de Turismo, o Sistema Estadual de Turismo, e dá outras providências. São objetivos da Política Estadual de Turismo propiciar a prática de turismo sustentável, promovendo e incentivando a adoção de modelos de menor impacto ambiental. São definidos como instrumentos da Política de Turismo do Estado da Bahia: Planos de

Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS e os Planos de Fortalecimento Municipal da Gestão do Turismo - PMGT's.

3.3 Legislação Municipal

Política Municipal de Meio Ambiente de Salvador Lei 8.915/2015

A Lei 8.915/2015 dispõe sobre a política municipal de meio ambiente e desenvolvimento sustentável; institui o cadastro municipal de atividades potencialmente degradadoras e utilizadoras de recursos naturais - CMAPD e a taxa de controle e fiscalização ambiental - TCFA, no município de Salvador.

Decreto 12.016/1998

O Decreto 12.016/98 regulamenta a utilização de logradouros públicos para atividade informal do comércio ambulante e prestadores de serviços.

Lei 9.451/2019

Como o Prodetur Salvador tem como foco a população afro, torna-se importante citar a Lei 9.451 de 2019, que institui o Estatuto da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa.

Lei 5.503/1999

Estabelece o código de polícia administrativa, disciplinando o exercício das liberdades públicas, assegurando o gozo pleno dos direitos individuais e coletivos e a defesa de interesses legítimos e regule a prática dos atos, em função do interesse da coletividade soteropolitana, concernentes aos costumes, à limpeza pública, à defesa do consumidor, à segurança, ao sossego, à ordem democrática, à estética e paisagem urbana, ao trânsito, ao respeito à propriedade e a sua função social, à preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental, ao exercício de atividades econômicas ou não, ao controle das atividades poluentes e a inibição das fontes poluidoras no espaço urbano, rural e insular do Município de Salvador.

Decreto 2.9921/2018

O Decreto 2.9921/2018 Regulamenta os dispositivos da Lei Municipal nº 8.915, de 26 de setembro de 2015, que dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e institui o Cadastro Municipal de Atividades Potencialmente Degradadoras e Utilizadoras de Recursos Naturais - CMAPD, no Município de Salvador

Licença Ambiental das Obras da Casa da História e Arquivo Público

A Coordenadoria de Licenciamento Ambiental – CLA, através da Gerência de Licenciamento Ambiental emitiram Ofício com Declaração de Inexigibilidade de Licença Ambiental para as obras de implantação da Casa da História. O Ofício baseia-se na Resolução CEPRAM 4.579/2018 e no Decreto Municipal 29.921/2018, no qual o empreendimento não se encontra inserido na tipologia sujeita ao licenciamento ambiental do município.

A Declaração traz também as seguintes exigências que deverão ser cumpridas na implantação do empreendimento:

- Realizar o correto manejo e destinação dos Resíduos da Construção Civil, adotando os seguintes procedimentos:

- Dispor os resíduos sólidos de origem doméstica do canteiro de obra em local adequado para serem recolhidos pelo serviço de limpeza pública.
 - Coletar sistematicamente o entulho gerado no canteiro de obras e destiná-lo adequadamente, devendo adotar práticas que visem a redução na geração, recuperação, reutilização e reciclagem dos mesmos.
- Remover quando da finalização da implantação do empreendimento todas as instalações do canteiro de obras, bem como providenciar a recuperação das áreas afetadas por essas instalações.
- Maximizar o uso dos materiais resultantes de escavações exclusivamente nas obras civis do próprio empreendimento.
- Realizar a limpeza das fossas e sanitários químicos do canteiro de obras, somente com empresas habilitadas, mantendo documentação comprobatória para fins de fiscalização.
- Realizar estocagem adequada de efluentes gerados nos processos de abastecimento de máquinas e veículos, evitando derramamento de substâncias e contaminação do solo.
- Adquirir material mineralógico para construção somente de jazidas licenciadas.
- Solicitar Autorização de Supressão de Vegetação, caso necessário.

4 POLÍTICAS E SALVAGUARDAS

4.1 Políticas de meio ambiente e Cumprimento de Salvaguardas

A Política de Meio Ambiente e Cumprimento das Salvaguardas do BID (OP-703), de janeiro de 2006, tem como objetivo: (i) potenciar a geração dos benefícios de desenvolvimento de longo prazo, nos países membros, por meio de resultados e metas de sustentabilidade ambiental aplicadas a todas as operações e atividades do Banco, e, nos países membros mutuários, por meio do fortalecimento da capacidade de gestão ambiental; (ii) assegurar que todas as operações e atividades do Banco sejam sustentáveis em termos ambientais, conforme as diretrizes desta política; e (iii) incentivar a responsabilidade ambiental corporativa dentro do próprio Banco.

As diretrizes desta Política estruturam-se em dois grupos, a saber: Diretrizes de Transversalidade Ambiental (A) e Diretrizes de Salvaguardas (B). As primeiras referem-se ao conceito de transversalidade e à internalização da dimensão ambiental desde a fase inicial do ciclo de projetos. Isto implica que, ao começar o processo de preparação de um programa e a concepção da respectiva estratégia de desenvolvimento, o Banco trabalhe com os países membros no sentido de abordar as prioridades ambientais de maior impacto sobre o desenvolvimento social e econômico. As diretrizes indicam ainda que o Banco deva promover a responsabilidade ambiental corporativa em suas próprias atividades administrativas, em sua sede e seus escritórios de país.

As Diretrizes de Salvaguardas, por sua vez, integram as salvaguardas sociais e ambientais, permitindo que o Banco adote um enfoque eficiente na gestão dos riscos e no controle dos impactos ambientais. Compreendem diretrizes específicas de: revisão e classificação das operações; consulta, supervisão e cumprimento dos requisitos de avaliação ambiental;

proteção de habitats naturais e sítios culturais; manejo de produtos e substâncias perigosas; e prevenção e controle da poluição.

Para além das diretrizes da Política de Meio Ambiente, interessam ao Prodetur Salvador a Política sobre Disponibilidade de Informação (OP-102) e a Política de Igualdade de Gênero no Desenvolvimento (OP-761). A primeira estabelece as regras que asseguram a transparência das suas atividades do Programa, definindo os meios, as formas e as responsabilidades institucionais para a disposição ao público dos documentos. Fundamenta-se no princípio da acessibilidade da informação. A segunda aplica-se a projetos que apresentem riscos potenciais associados ao gênero das pessoas, que no Programa são de caráter indireto, estando associados: (i) à exploração sexual no turismo, para cuja prevenção tanto o Estado da Bahia, como o Município de Salvador, mantêm ações específicas e; (ii) a desigualdades de gênero observadas no município, principalmente no caso da população feminina afrodescendente, que o Prodetur Salvador para o seu enfrentamento, dentre as suas linhas de ação, elaborou um Plano Afro, em parceria com a Secretaria Municipal de Reparação - SEMUR, voltado para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos da população afro brasileira, com foco nas mulheres, contribuindo para a igualdade e equidade de gênero, assim como, no âmbito dos projetos de requalificação urbana promove atividades junto a esses segmentos vulneráveis, identificando os passivos sociais decorrentes dos processos de intervenção, para fins de mitigação.

A Tabela a seguir resume as políticas de salvaguardas e diretrizes acionadas no âmbito do Prodetur Salvador.

Tabela 1 – Diretrizes e Salvaguardas Ambientais

Diretriz	Descrição
OP-703 – Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas	Define as salvaguardas que devem ser observadas em Programas financiados pelo Banco, dependendo das características de cada operação, determinadas salvaguardas são acionadas:
Salvaguarda B.2 – Cumprimento da legislação ambiental	Garantia de que as operações sejam planejadas e executadas em total cumprimento da legislação e das normas ambientais vigentes no país, inclusive as obrigações estabelecidas sob os acordos ambientais multilaterais
Salvaguarda B3 – Pré-avaliação e Classificação	Todas as operações do Banco serão previamente avaliadas e classificadas de acordo com seus potenciais impactos socioambientais
Salvaguarda B.5 - Requisitos da avaliação ambiental	A avaliação ambiental e os planos de gestão associados e sua implementação são da responsabilidade do mutuário e devem ser elaborados em cumprimento as diretrizes de implementação e os padrões estabelecidos para os estudos de impacto ambiental, as avaliações ambientais estratégicas, os planos de gestão ambiental e social (PGAS) e as análises ambientais

Diretriz	Descrição
Salvaguarda B.6 – Consultas com as partes afetadas	No caso das operações classificadas como de categoria A e B, devem ser realizadas consultas com as partes interessadas como parte dos processos de avaliação ambiental, considerando-se seus pontos de vista, experiências e perspectivas em relação aos programas e suas atividades.
Salvaguarda B.7 - Supervisão e cumprimento	O cumprimento, por parte das entidades executoras dos programas, dos requisitos de salvaguarda estipulados nos acordos de empréstimo e nos regulamentos de crédito ou dos regulamentos operacionais serão supervisionados pelo Banco
Salvaguarda B.9 Comprometimento de habitats naturais e sítios culturais	O Banco não apoia operações ou atividades que, em sua opinião, causem degradação significativa em habitats naturais críticos ou que afetem negativamente áreas de valor cultural.
Salvaguarda B.10 - Prevenção e redução da contaminação	As operações financiadas pelo Banco devem evitar impactos adversos sobre o meio ambiente e a saúde e segurança humana que decorrem da produção, aquisição, uso e disposição de materiais perigosos, inclusive substâncias tóxicas orgânicas e inorgânicas, pesticidas e poluentes orgânicos persistentes (POP). A produção, aquisição, uso e disposição de materiais e substâncias perigosas devem ser evitados sempre que possível e minimizados em outros casos. Sempre que a produção ou uso de um material ou substância perigosa não puder ser evitado, deve-se preparar um plano de manejo que cubra seu transporte, manuseio, armazenamento e disposição, com as respectivas práticas de gestão e notificação, inclusive medidas preventivas e contingentes, em consulta com os trabalhadores e comunidades que podem ser afetados.
Salvaguarda B.11 - Prevenção e redução da contaminação	As operações financiadas pelo Banco incluirão medidas destinadas a prevenir, controlar ou eliminar a contaminação resultante de suas atividades
OP-102 – Política de Divulgação de Informação	Apresenta as diretrizes para a disponibilização das informações, criando regras para pedidos de documentos e dados. Objetiva-se, por meio desta dar transparência às ações do Banco, atribuindo eficácia às suas atividades.

Diretriz	Descrição
OP-761 – Política de Igualdade de Gênero em Desenvolvimento	O Banco aprovou tal política operacional, reconhecendo o avanço das mulheres como um objetivo de desenvolvimento com prioridade e se comprometendo a apoiar os países membros em seus esforços para alcançar maior integração das mulheres em todas as fases do processo de desenvolvimento e melhorar sua situação socioeconômica.
OP-710 – Reassentamento Involuntário	Esta Política não será aplicada para o empreendimento em questão por não serem previstos deslocamentos de moradias. Porém, deve-se prever a compensação de impactos aos modos de vida da população quando estes ocorrerem por força da implantação ou operação do empreendimento, evitando-se perdas monetárias e interferências ao modo de vida.

Fonte: PGAS, 2016

4.2 Responsabilidades Institucionais para a Gestão Ambiental

Ademais das diretrizes e normas referentes à proteção do meio ambiente e do valores naturais e culturais nas áreas de atuação PRODETUR Salvador, um dos fatores fundamentais para a sustentabilidade socioambiental do desenvolvimento turístico que se quer promover é o bom desempenho das entidades envolvidas nas atividades de gestão ambiental do programa, notadamente do organismo executor do programa, dos agentes responsáveis por projetos de infraestrutura turística e outras atividades, como os estudos e projetos ambientais, e das entidades de meio ambiente. A capacidade técnica e operacional dessas entidades deve ser considerada nas diversas fases de execução do Programa, mantendo-se em seus quadros profissionais qualificados nas disciplinas requeridas para a boa prática da gestão socioambiental e o cumprimento de suas responsabilidades institucionais.

O organismo executor do Programa é a Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT) que detém como atribuição a formulação e a execução das políticas de desenvolvimento turístico no município, atuando por meio da Unidade Executora do Programa (UCP), responsável pela coordenação e pelo controle das atividades de gestão ambiental, compreendendo:

- Na fase de preparação dos documentos necessários para a aprovação do Prodetur regional junto ao BID: articular-se com as entidades ambientais competentes e assegurar que as entidades executoras requeiram as licenças ambientais prévias dos projetos de infraestrutura turística porventura incluídos nos componentes dos programas; acompanhar os processos de licenciamento e os estudos de avaliação ambiental desses projetos.
- Durante a execução do programa: cumprir as determinações do contrato de empréstimo, observando o cumprimento dos compromissos de cronograma; e coordenar a execução das ações de prevenção dos impactos estratégicos do programa; promover as atividades de consulta e participação das comunidades afetadas pelos

projetos de infraestrutura, do público e de outras entidades governamentais interessadas; acompanhar a execução dos projetos de infraestrutura, o monitoramento e a implementação das medidas de controle dos respectivos impactos socioambientais e dos impactos estratégicos previstos nos estudos de AAE.

- Após o término da execução do programa: dar continuidade ao acompanhamento dos impactos estratégicos e seus indicadores; assegurar que as medidas de prevenção de riscos ambientais e de otimização das oportunidades identificadas na AAE sejam acatadas nas atividades de planejamento do setor.

As entidades executoras dos projetos de infraestrutura turística de urbanização e saneamento e edificações responsáveis por assegurar que sejam atendidas as diretrizes do BID e a legislação ambiental, o que inclui:

- O requerimento das licenças ambientais pertinentes.
- A promoção e a apresentação dos estudos técnicos requeridos.
- A implementação das medidas de controle e gestão socioambiental dos projetos durante e após sua implantação.
- O cumprimento das especificações deste PGAS e das condições de validade das licenças ambientais que tenham sido concedidas.

As responsabilidades de outros órgãos da Administração Municipal de Salvador compreendem, ainda, a elaboração e implementação dos planos diretores municipais, a implementação das ações de fortalecimento institucional e capacitação para a gestão ambiental e para a gestão do turismo e a execução de obras civis e estudos socioambientais de interesse local.

Na gestão ambiental dos programas, tanto a Secretaria Municipal de Urbanismo (SUCOM) como a Secretaria Cidade Sustentável (SECIS) têm papel relevante: a SUCOM é responsável pela condução dos processos de licenciamento dos projetos de infraestrutura, a fiscalização do cumprimento das condições de validade das licenças concedidas, a realização das auditorias ambientais das obras de implantação dos projetos porventura solicitadas pelo BID. A SECIS tem como atribuição a execução de ações referentes à criação e implantação de UC, estudos de capacidade de suporte, monitoramento da qualidade ambiental e outros estudos de apoio à gestão ambiental. A Tabela a seguir resume as responsabilidades dos órgãos e entidades da Administração Municipal envolvidas no Programa.

Tabela 2 – Responsabilidades Institucionais

Órgão / Instituição	Responsabilidades
Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT)	Executor o PRODETUR Salvador, por meio da Unidade de Coordenação do Programa (UCP), Coordenar a execução do programa por meio da execução dos projetos turísticos e culturais de sua competência, encarregando-se de: planejamento, atividades técnicas, administração orçamentária e contábil-financeira, monitoramento, controle e avaliação do Programa, assim como a implementação das ações previstas neste PGAS.

Órgão / Instituição	Responsabilidades
Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF)	<p>(i) Realizar o planejamento das intervenções urbanísticas, elaborando os projetos a serem executados no âmbito do Programa: projetos urbanísticos, setoriais, de arquitetura, especiais e complementares, requerendo as devidas licenças ambientais; apoiar tecnicamente a SECULT na elaboração dos projetos;</p> <p>(ii) Apoiar tecnicamente a UCP/PRODETUR – esclarecimentos e modificações.</p>
Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS)	Garantir a prevenção, a mitigação e a correção de atividades nocivas ao meio ambiente natural, urbano, rural e insular e garantir o cumprimento da política ambiental prevista no Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU), compreendendo: participação nas ações de manejo de resíduos, revitalização ambiental e turística de áreas protegidas do Programa.
Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR)	<p>(i) Fornecer as licenças de construção (alvará) e ambiental;</p> <p>(ii) Assessorar a UCP quanto ao cumprimento da política urbana municipal e ambiental, no monitoramento e na fiscalização das respectivas medidas de controle e mitigação dos impactos negativos, em todas as etapas de implantação.</p>
Superintendência de Conservação e Obras Públicas de Salvador (SUCOP)	Fiscalizar a execução (físico-financeira) da obra assessorando a UCP nas tratativas inerentes a requalificação urbana e na articulação com órgãos e entidades municipais, quando necessário.
Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP)	<p>(i) Assistir o programa nas ações relacionadas a fomentar e apoiar o empreendedorismo, diversidade, qualidade e sustentabilidade dos serviços informais nas áreas de intervenções turísticas previstas no PRODETUR Salvador;</p> <p>(ii) Elaborar e executar o planejamento das ações de relocação e remanejamento dos comerciantes afetados pelo projeto de requalificação, se necessário;</p> <p>(iii) Manter articulação permanente com a equipe social do PRODETUR;</p> <p>(iv) Monitorar a ocupação do espaço pelos comerciantes informais durante e pós obra.</p>
Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR)	Apoiar as ações realizadas pela equipe social do PRODETUR voltadas para a promoção da equidade racial e inclusão social dos afro brasileiros e valorização da diversidade.
Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB)	Apoiar a UCP/PRODETUR na execução de ações que visem a melhorar a limpeza e gestão de resíduos

Órgão / Instituição	Responsabilidades
Secretaria de Manutenção da Cidade (SEMAN)	(i) Avaliar, conservar, preservar, podar e erradicar (quando necessário) árvores situadas em áreas públicas; (ii) Gerenciar e operar os equipamentos de engenharia urbanos nos espaços públicos; (ii) Realizar a manutenção, recuperar e conservar, dos equipamentos e espaços públicos.
Superintendência de Trânsito de Salvador (TRANSALVADOR)	Apoiar a UCP/PRODETUR quanto a estudos prévios e ordenamento do trânsito e mobilidade
Secretaria de Comunicação (SECOM)	Apoiar nas ações de divulgação institucional quanto o planejamento e execução da obra

Fonte: SECULT/UCP

5 PRINCIPAIS IMPACTOS E MEDIDAS

As análises técnicas realizadas no âmbito dos estudos ambientais do Programa (AAE, PGAS, EVA, etc.) permitiram identificar as oportunidades e os riscos socioambientais da implantação do Programa, assim como os potenciais impactos positivos e negativos das ações e projetos que serão desenvolvidos. Este item traz importante informação para a gestão socioambiental do Programa, tanto para os coordenadores como para os órgãos e entidades responsáveis pela execução das ações e projetos de investimento. As medidas de prevenção, mitigação e monitoramento dos impactos analisados, bem como outras ações de gestão ambiental e social que devem ser tomadas são apresentadas no próximo item.

Os efeitos resultantes dos impactos socioambientais (positivos e negativos), causados individualmente pelas distintas ações de incremento das atividades turísticas e projetos de investimento. Tais efeitos serão tratados e controlados através dos programas estabelecidos neste PGAS e por meio dos processos de licenciamento e da gestão ambiental dos projetos e obras.

O Programa compõe-se de um conjunto de ações cuja realização irá resultar essencialmente em impactos socioambientais positivos, uma vez que não afetam negativamente o ambiente natural, mas concentram a maioria dos seus benefícios sociais e econômicos, podendo ainda influenciar positivamente outros setores da economia. No entanto, durante a implantação das obras, diversos incômodos e impactos ocorrem devido a tipologia das intervenções.

A Tabela a seguir apresenta a síntese dos impactos dessas ações, associando as medidas previstas para sua mitigação, compensação ou potencialização, de acordo com a sua natureza.

Tabela 3 – Ações e Impactos identificados

Ação	Impacto	Programa / Medida
Matriz de Impactos Ambientais		
Etapas de Planejamento e Projeto		
Elaboração de Estudo e Projeto	Expectativas na população, sobre o empreendimento, nas áreas diretamente afetadas	Programa de Comunicação e Queixas.
Elaboração de Estudo e Projeto	Especulação imobiliária	Programa de Comunicação e Queixas
Etapas de Construção		
Geração de Empregos e Renda	Aumento de pessoas empregadas / Aumento de renda.	Comunicação Social e Diretrizes para Contratação da Mão de Obra Local, atentando-se também para a igualdade de gêneros
Escavações e tráfego de veículos em áreas de obra	Aumento de volume de bota fora e áreas destinadas a canteiro de obras e empréstimo	Comunicação Social, Controle Ambiental das Obras e Recuperação de Áreas Degradadas
	Aumento das concentrações de material particulado no entorno das obras	Comunicação Social e Controle Ambiental das Obras
	Aumento de emissão de ruído e vibrações no entorno das obras;	Comunicação Social e Controle Ambiental das Obras
	Incômodos aos moradores e atividades lindeiras	Controle Ambiental das Obras, e Comunicação Social
Operação do canteiro de obras e consequente geração de resíduos diversos (oleosos, inertes, de escritório, alimentares, efluentes sanitários, etc.)	Contaminação da água e do solo	Controle Ambiental das Obras e Treinamento da Mão de Obra
	Atração de vetores de doença e fauna sinantrópica	Controle Ambiental das Obras e Treinamento da Mão de Obra
Interrupção de serviços essenciais pela interferência nas redes de infraestrutura.	Incômodos aos usuários	Comunicação Social para população residente, comerciantes e concessionárias
Atividades e circulação de veículos, equipamento e maquinário pesados	Riscos acidentes com trabalhadores das obras, e transeuntes.	Comunicação Social e gestão de queixas Programa de Saúde e Segurança Ocupacional Ações de Segurança de Obra e do Entorno Imediato
Atividades de escavação, cortes e aterro	Geração de resíduos da construção civil com potencial poluição do ambiente	Programa de Resíduos da Construção Civil

Ação	Impacto	Programa / Medida
Manipulação de óleos, graxas e outros contaminantes	Risco de contaminação de solos e corpos hídricos	Controle Ambiental das Obras e Monitoramento Ambiental
Interdição ou desvio no acesso às edificações pela escavação e abertura de valas	Transtornos no Acesso às Edificações e Atividades de Serviços e Comércio Local	Controle Ambiental das Obras, Comunicação Social e Controle e Mitigação de Impactos Econômicos Temporários e Serviços
Etapa de Operação		
Uso e funcionamento da nova infraestrutura	Oportunidades de pesquisa, lazer e cultura à população	Atividades para estímulo do uso e visitação às novas instalações

A tabela a seguir sintetiza todos os programas definidos, especificando:

- A natureza da ação: se preventiva, corretiva, mitigatória, compensatória ou potencializadoras.
- A fase do empreendimento: implantação ou operação e manutenção.
- A responsabilidade de implementação: executor e outros.

Na sequência é apresentado o cronograma das ações propostas.

Tabela 4 – Principais Medidas a serem Adotadas na Obra

Programa		Natureza	Fase	Responsável
1	Programa de Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento e Gestão Ambiental das obras (PDPGA)	Preventiva e Corretiva (quando necessário)	Durante toda a obra	SECULT / UCP e supervisora de obras
2	Programa de Controle Ambiental de Obras (PCAO)	Preventiva	Imediatamente antes das obras e durante toda a implantação	Construtora contratada com fiscalização/supervisão da SECULT/UCP e supervisora de obras
3	Programa de Comunicação Social (PCS)	Preventiva, Mitigatória e Potencializadora	Imediatamente antes das obras e durante toda a implantação	SECULT/UCP e Construtora contratada
4	Plano de Consulta Pública Comunitária (PCPC)	Preventiva e Potencializadora	Imediatamente antes das obras e durante toda a implantação, de acordo com o calendário de reuniões ou quando necessário.	SECULT/UCP

Programa		Natureza	Fase	Responsável
7	Programa de Gestão dos Resíduos de Demolição e Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PRCC)	Preventiva	Durante a obra	Construtoras contratadas com fiscalização/supervisão da SECULT/UCP e supervisora de obras

6 PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – PGAS

Este item abrange as diretrizes e encaminhamentos que deverão ser feitos no âmbito dos Programas Ambientais e Sociais do Plano de Gestão Ambiental e Social - PGAS, cujo intuito é dar sustentabilidade ambiental ao projeto e atender as políticas operacionais do BID, bem como a mitigação/compensação de impactos negativos e a garantia de atendimento das condicionantes ambientais eventualmente atreladas às licenças ambientais.

6.1 PDPGA - Programa de Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento e Gestão Ambiental e Social das Obras

O Programa de Diretrizes e Procedimentos para o Gerenciamento e Gestão Ambiental das Obras - PDPGA é base para a gestão de documentos específicos por meio dos quais a Prefeitura de Salvador promoverá a gestão ambiental da Construção dos projetos do Prodetur Salvador.

A execução deste Programa na fase de obras irá contar com a equipe multidisciplinar da SECULT/UCP, objetivando aferir a implantação das medidas e procedimentos ambientais propostos nos estudos ambientais por parte da construtora e reportar os resultados em relatórios gerenciais ao BID.

Os procedimentos e formulários que compõem o PDPGA tornam as ações de mitigação de impactos e controle ambiental mais objetivas, facilitando a compreensão para os responsáveis pelas obras;

O Programa transfere para todos os envolvidos, técnicos, engenheiros e profissionais de planejamento, execução e supervisão, tanto do SECULT/UCP, como das empresas gerenciadora, supervisora(s) e construtoras, a responsabilidade pela qualidade socioambiental que, tradicionalmente, sem o mesmo, acaba sendo de exclusividade dos técnicos das áreas de meio ambiente e social.

Também torna mais dinâmico e eficiente o trato das questões socioambientais do Programa, eliminando o encaminhamento burocrático de relatórios e processos e reduzindo significativamente o prazo para a correção dos problemas apontados (não conformidades).

Os objetivos específicos da gestão ambiental das obras na fase de construção são:

- Preparar documentos técnicos necessários para o registro dos atendimentos às exigências e condicionantes estabelecidas no documento de análise e avaliação ambiental.
- Acompanhar e avaliar a implementação dos programas ambientais propostos nos documentos ambientais.

- Elaborar e operar um sistema de informações que permita registrar e acompanhar o desenvolvimento dos programas ambientais propostos a partir de indicadores selecionados.
- Acompanhar o detalhamento do projeto executivo, visando a inserção da componente ambiental no projeto e assegurar o atendimento à legislação ambiental e urbanística aplicável.
- Preparar diretrizes e especificações ambientais, sempre que verificar a necessidade de complementação das especificações de obras.
- Articular todos os envolvidos na execução dos programas ambientais propostos, de maneira a se obter a conformidade dos seus prazos com as atividades das obras, antecipando as ações em relação aos impactos ambientais previstos.
- Realizar a supervisão das obras para verificar se a construtora está adotando medidas e procedimentos de prevenção, controle e mitigação de impactos ambientais, conforme previstos nas especificações ambientais do Projeto.

O escopo aqui estabelecido abrange o gerenciamento dos demais planos e programas ambientais propostos neste documento, especificamente na fase de obras, com o objetivo de monitorar a implantação das medidas definidas no âmbito da construção do Prodetur Salvador, além das exigências e condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais e legislação vigente. Abrange, também, o gerenciamento do atendimento às salvaguardas do BID.

6.1.1 Procedimentos e Diretrizes

O Programa possui inter-relação com todos os demais planos e programas propostos no âmbito do PGAS, na medida em que será um programa estruturador, em torno do qual todos os demais estarão interligados.

O PDPGAO traz o compromisso de interceder como instrumento de ligação e esclarecimentos das questões de caráter ambiental relacionadas à implantação do empreendimento, entre todos os atores sociais e público alvo, podendo estabelecer, se necessário, um canal direto com o sistema de ouvidoria da Prefeitura de Salvador e a SECULT/UCP, no sentido de se adotar providências cabíveis nas queixas.

Será necessário o uso de relatórios de acompanhamento ambiental padronizados para realização dos documentos fiscalizatórios.

O gerenciamento ambiental deve ser controlado através de documentos específicos sistematizados por meio dos quais a SECULT/UCP promoverá a gestão ambiental durante o planejamento e a implantação das obras e o cumprimento da legislação ambiental, das Políticas de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID.

Os documentos que compõem o gerenciamento ambiental são o **Relatório Semestral de Gerenciamento Ambiental e o Plano de Controle Ambiental**, que serão desenvolvidos com base nos programas que compõem o conjunto de medidas mitigadoras do Prodetur Salvador e nas exigências da licença ambiental. Os dois documentos deverão, portanto, conter informações do planejamento e as ações executadas sobre:

- Cronograma físico, devendo constar em uma linha do tempo, o começo e o fim de cada uma das fases ou atividades da obra.
- Implantação de sinalização horizontal e vertical para veículos e transeuntes.
- Projeto do canteiro de obras, com localização e infraestrutura dos mesmos, que deverão possuir os efluentes sanitários interligados à rede pública, ou dispor do tratamento adequado (banheiros químicos).
- Apresentar informações sobre o cumprimento da Norma Trabalhista em especial da Norma Regulamentadora 18 - NR 18.
- Registro de carga e descarga de materiais e resíduos da construção, incluindo o registro da sinalização adequada na via de acesso dos veículos e pedestres.
- Elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), incluindo:
 - Disposição de caçambas estacionárias para descarte dos expurgos da pavimentação existente.
 - Instalação de baias cobertas para estocagem provisórias de insumos da construção civil (britas, areia, ferragens, etc.).
 - Manejo dos Resíduos da Construção e Demolição (RCD).
 - Documentação comprobatória da destinação dos resíduos para empresas devidamente habilitadas.
 - Comprovação do manejo dos resíduos sólidos de origem doméstica do canteiro de obra em local adequado para serem recolhidos pelo serviço de limpeza pública.
 - Comprovação da coleta sistemática do entulho gerado no canteiro de obras e destinação adequada, considerando práticas que visem a redução na geração, recuperação, reutilização e reciclagem dos mesmos.
 - Comprovação da remoção, quando da finalização da implantação do empreendimento, de todas as instalações do canteiro de obras, bem como da recuperação e urbanização das áreas afetadas por estas instalações.
 - Comprovação de boas práticas na maximização dos usos materiais de construção resultantes de escavações exclusivamente nas obras civis do próprio empreendimento.
 - Documentação comprobatória da habilitação das empresas de limpeza das fossas e dos sanitários químicos do canteiro de obras.
 - Comprovação das boas práticas na estocagem adequada dos efluentes gerados nos processos de abastecimento de máquinas e veículos, evitando o derramamento de substâncias e a contaminação do solo.
 - Documentação comprobatória da habilitação e licença das jazidas fornecedoras de material mineralógico para construção do empreendimento.
- Ações previstas e executadas no Programa de Controle Ambiental de Obras do PGAS.
- Ações previstas e executadas no Programa de Comunicação Social do PGAS.
- Ações previstas e executadas no Programa de Consulta Pública Comunitária do PGAS.

O Relatório Semestral de Gerenciamento Ambiental das Obras apresenta na sua concepção e estrutura e estabelece as diretrizes gerais, os principais procedimentos socioambientais, além de algumas instruções de projeto e especificações técnicas necessárias ao desenvolvimento das atividades do Prodetur Salvador, em conformidade com os estudos e programas socioambientais decorrentes do licenciamento ambiental das obras e as Políticas Socioambientais do BID. O Plano de Controle Ambiental, por sua vez, detalha os procedimentos socioambientais, bem como os formulários de controle. Desta forma, o Plano proposto contempla os instrumentos específicos para a incorporação de mecanismos de coordenação e planejamento, definição de atores e funções, além de indicadores socioambientais, tanto de desempenho institucional como de programas e projetos de meio ambiente e saúde e segurança, assegurando o acompanhamento e a melhoria contínua das ações que interferem no ambiente e na sociedade provenientes das obras de implantação. Este Plano está previsto dentre as condicionantes ambientais da licença de instalação, e deve estar imbuído de procedimentos e diretrizes estipuladas no PGAS.

A seguir, são apresentados os principais itens a serem observados no PDPAO, de forma a atender os requisitos do BID, tais itens aglutinam normativas e práticas do SECULT/UCP e visam apenas a descrição sumária de procedimentos.

Gestão dos Programas Ambientais

Abrange a gestão dos Programas Ambientais descritos a seguir, compreendendo as atividades relacionadas ao gerenciamento da execução destes programas ambientais propostos, assegurando que a sua implementação atenda aos objetivos e prazos previstos, envolvendo as seguintes atividades principais:

- Preparação de instrumentos gerenciais, tais como:
 - (i) Elaboração do cronograma geral para contratação e execução dos programas ambientais e da obra.
 - (ii) Preparação de Termos de Referência para a contratação de empresas e/ou consultores para a execução de programas específicos, caso seja necessário.
 - (iii) Preparação de relatórios gerenciais periódicos.
 - (iv) Desenvolver as atividades de gestão e acompanhamento dos programas até a conclusão dos programas ambientais.

Supervisão/Fiscalização Ambiental das Obras

Compreende as atividades de supervisão ambiental das obras, no âmbito da Fiscalização de Obra, que abrange as atividades de acompanhamento e fiscalização das frentes de obras, para a verificação da efetiva adoção das medidas e procedimentos voltados para a prevenção, controle e correção de impactos ambientais, sendo as principais atividades as seguintes:

- Utilização de procedimentos para a supervisão de obras, onde são definidos os instrumentos de registros de inspeções de campo, de ocorrências ambientais e de acompanhamento de medidas de prevenção/controle/mitigação de impactos e recuperação de áreas degradadas;
- Procedimentos de monitoramento de parâmetros de qualidade ambiental na área de intervenção, tais como: ruídos, emissões atmosféricas, efluentes, resíduos, poeiras, incômodos à população, impactos sobre o sistema viário e trânsito, etc., decorrentes das atividades de obras;

- Acompanhamento das instalações de apoio (canteiro de obras, Depósitos de Material Excedente - DME's, dentre outros);
- Acompanhamento sistemático das obras, verificando o cumprimento das especificações ambientais, a ocorrência de impactos no meio ambiente e a adoção de medidas para a prevenção/controle/mitigação de impactos;
- Acompanhar as atividades geradoras de resíduos sólidos e líquidos, principalmente no que se refere a produtos oleosos, químicos e inflamáveis. Acompanhar o manejo adequado de eventuais solos contaminados encontrados durante os trabalhos de escavação;
- Elaborar relatórios mensais com o registro das ocorrências ambientais, avaliação do desempenho da construtora no atendimento aos requisitos ambientais e emissão de certificado de conformidade ambiental;
- Acompanhar a desativação de instalações de apoio à obra e recuperação de áreas utilizadas;
- Preparar Relatório Ambiental de Encerramento da Obra, registrando o cumprimento de todos os requisitos previstos nas licenças ambientais e nas políticas e salvaguardas do BID.

6.1.2 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A Implementação deste Programa é responsabilidade da SECULT/UCP, através da Supervisora Ambiental de Obras e construtora contratada pela obra.

As ações de responsabilidade da SECULT/UCP dentro deste PDPGAO são:

- (i) apoio técnico no planejamento inicial das ações socioambientais previstas para cada projeto;
- (ii) aprovar o início das intervenções físicas nas áreas, somente após a verificação de que exigências, ações e procedimentos socioambientais foram obedecidos e atendidos de forma adequada;
- (iii) decidir sobre ações e procedimentos de obras, em conjunto com o construtor e órgão responsável, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais;
- (iv) visitas periódicas às obras para verificar e atestar que todas as atividades relativas às questões socioambientais estão sendo executadas dentro dos padrões de qualidade recomendados nos procedimentos socioambientais do PGAS do Programa, nas condicionantes das autorizações e licenças ambientais e nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
- (vi) aprovar, no caso de ações que tragam impactos socioambientais significativos ou de continuidade sistemática de não-conformidades significativas, a paralisação das obras no trecho considerado de modo a possibilitar a adoção, a tempo, de medidas corretivas;
- (vii) monitorar/verificar o funcionamento de dispositivos, medidas e cuidados socioambientais implantados nos empreendimentos; e apoiar ações de capacitação e comunicação socioambiental;
- (viii) elaboração de relatórios na fase de implantação que deverão ser encaminhados semestralmente ao BID;

(ix) realizar a avaliação periódica de desempenho socioambiental do Programa ao longo da implantação.

6.2 PCAO - Programa de Controle Ambiental de Obras

A maior parte dos impactos ambientais decorrentes da implantação das obras está associada à fase de construção. Assim, é necessária a adoção de procedimentos e medidas destinadas a evitar ou minimizar de forma efetiva a ocorrência desses impactos.

Desde algum tempo que requisitos ambientais vêm sendo incorporados nas especificações técnicas que orientam a execução de obras civis e nos documentos de licitação de obra. A experiência acumulada em trabalhos de supervisão ambiental de obras de infraestrutura demonstra que o conhecimento prévio das medidas preventivas ou mitigadoras representa melhores resultados na proteção ao meio ambiente.

Neste sentido, o presente Programa de Controle Ambiental de Obras se baseia na experiência acumulada pelo SECULT/UCP, contribuindo para sua melhoria, onde couber.

6.2.1 Objetivos

Como a maior parte dos impactos ambientais ocorrem justamente na fase de obra, o objetivo deste Programa é proporcionar instrumentos norteadores que possibilitem a execução das obras em condições ambientais adequadas.

É também papel deste Programa atingir a meta zero de acidentes e incidentes de trabalho, bem como transferir conhecimento ambiental e de segurança do trabalho aos envolvidos na obra ou que se avizinham a esta.

Por fim, mas não menos importante, este Programa também prevê ações de encerramento ambientalmente adequado de frentes de obra ou estruturas associadas, de forma a reduzir ao máximo impactos ambientais e passivos após as fases de obras e que impactem o meio ambiente e/ou comunidades e tragam custos extras ao Programa e ao SECULT/UCP.

6.2.2 Procedimentos do Gerenciamento Ambiental das Obras

A seguir são apresentados os procedimentos do Planejamento Ambiental das Obras, importante ferramenta para redução de impactos e redução de entraves para a implantação das obras.

A seguir, são apresentados também os procedimentos gerais da Supervisão Ambiental de Obras e Relatórios Ambientais a serem elaborados durante a fase de obras.

6.2.2.1 Planejamento Ambiental das Obras

Os editais de licitação das obras deverão prever a exigência de aplicação e cumprimento deste PGAS, através do PCAO.

O Planejamento Ambiental deve ser realizado como primeira atividade após a assinatura do contrato com a empresa construtora e atualizado permanentemente, inclusive com as sugestões da equipe de supervisão ambiental.

A empresa construtora deverá, antes do início das obras, apresentar à supervisão ambiental um detalhamento do plano de execução deste PCAO, no formato de um Plano Ambiental de Obras (ver PDPGA), com base: (i) no projeto executivo elaborado; (ii) nas diretrizes gerais constantes do mesmo; (iii) nos programas constantes nos estudos ambientais; (iv) nas medidas constantes da Autorização Ambiental – AA. Este detalhamento deverá conter, mas não se resumir:

- As medidas adotadas, ou a serem adotadas, para cumprimento das exigências e condicionantes de execução de obras constantes dos estudos ambientais, de Autorização do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN e da Autorização Ambiental – AA.
- A definição dos locais para implantação de canteiros, áreas de bota-foras e de áreas de empréstimo, com as devidas licenças ambientais.
- A aquisição de substâncias minerais (pedras, areias e argilas) de mineradores que possuam áreas legalizadas quanto aos aspectos extrativistas e ambiental, e que desenvolvam planos de controle ambiental em seus empreendimentos. Não adquirir materiais pétreos provenientes de lavras clandestinas.
- O planejamento ambiental das obras a serem executadas, prevendo-se: (i) um Plano Global para o lote contratado; e (ii) Plano Detalhado para o período de 3 meses. Nesses planos deverão constar:
 - Os métodos de construção propostos para cada tipo de intervenção.
 - O planejamento de sua execução.
 - Os principais aspectos ambientais a serem considerados e as principais medidas construtivas a serem adotadas.
 - As interferências previstas com redes de infraestrutura e a articulação com as concessionárias de serviços públicos com vistas à sua compatibilização / solução.
 - A articulação com os programas ambientais previstos no PDPGA.

O início das obras só será autorizado pela Coordenação da UGP, após parecer favorável da Supervisão Ambiental sobre o Plano Ambiental da Construção.

O planejamento ambiental deve ser reavaliado mensalmente. A reunião mensal de planejamento ambiental deve ter como pauta, em geral:

- Apresentação, pela construtora, do planejamento da construção para o mês seguinte, de forma global.
- Apresentação, pela construtora, dos serviços a serem executados no mês seguinte, de forma detalhada.
- Discussão, entre o responsável ambiental da construtora, o coordenador ambiental do SECULT/UCP e os responsáveis da supervisora, sobre os aspectos ambientais relevantes relacionados ao planejamento da construção, para o mês seguinte.
- Discussão dos aspectos ambientais relevantes relacionados aos serviços a serem executados no mês seguinte, de forma detalhada, com o estabelecimento de diretrizes e recomendações a serem seguidas pela construtora e que serão alvo de controle, no período, pela supervisora ambiental.

- Discussão das eventuais não-conformidades observadas no mês anterior, cobrança das medidas tomadas para saná-las e eventual determinação de outras a serem tomadas.
- Outros assuntos relacionados, tais como a situação do licenciamento e fiscalização pelo órgão ambiental, andamento de outros programas ambientais específicos, etc.

A realização dessa reunião mensal deverá ser objetiva, possibilitando não só planejar adequadamente os trabalhos de implantação das obras, como também verificar o cumprimento desse planejamento, num horizonte de tempo que permita ao gerenciamento ambiental estar sempre à frente das atividades da construção, podendo, dessa forma, atuar preventivamente na conservação do meio ambiente.

6.2.2.2 Supervisão Ambiental de Obras

A Empresa construtora disponibiliza profissionais que são responsáveis pelo acompanhamento do cumprimento dos requisitos técnicos e ambientais que constam do contrato de execução das obras. Esses profissionais são responsáveis por verificar e atestar que todas as atividades relativas ao meio ambiente envolvidas na construção das obras estão sendo executadas dentro dos padrões de qualidade ambiental recomendados nas especificações de construção e montagem, nas licenças ambientais expedidas e neste PGAS.

A supervisão ambiental deve trabalhar em coordenação permanente com os demais integrantes da gestão ambiental do empreendimento, executando inspeções técnicas nas diferentes frentes de obra ou atividades correlatas em desenvolvimento.

À Supervisão Ambiental cabe:

- Implementar inspeções ambientais, para verificar o grau de adequação das atividades executadas, em relação aos requisitos ambientais estabelecidos para as obras e subprogramas ambientais a elas ligados.
- Verificar o atendimento às exigências dos órgãos ambientais relativas ao processo de licenciamento do empreendimento e às recomendações das entidades financiadoras internacionais.
- Inspecionar, periodicamente, e sem aviso prévio, as distintas frentes de serviço no campo, para acompanhar a execução das obras e sua adequação ou não aos programas de gestão ambiental.
- Avaliar as atividades das equipes ambientais das empresas construtoras.
- Sugerir ações e procedimentos, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais.
- Propor, no caso de não atendimento dos requisitos ambientais, ou seja, na situação de configuração de não-conformidades significativas e não resolvidas no âmbito das reuniões quinzenais de planejamento, penalidades contra a empresa construtora.
- Avaliar, no caso de ações que tragam impactos ambientais significativos ou de continuidade sistemática de não-conformidades significativas, a necessidade de paralisação das obras no trecho considerado de modo a possibilitar a adoção, a tempo, de medidas corretivas. Nesse caso, a supervisão deve preparar relatório sintético à

coordenação de gestão socioambiental, informando das questões envolvidas e da proposição de paralisação.

- Cabe destacar que o processo de paralisação de obras deve ser considerado como último recurso, visto que a própria paralisação poderá acarretar diversos impactos ambientais, devendo ser alvo de grande discussão pelo envolvidos.
- Avaliar periodicamente a eficiência dos programas ambientais relacionados às intervenções físicas previstas e propor os ajustes necessários;
- Preparar e apresentar relatórios periódicos de supervisão ambiental ao empreendedor e às entidades financiadoras nacionais e internacionais. Os relatórios de supervisão devem ser, no mínimo, trimestrais.

6.2.2.3 Relatórios Ambientais Durante a Construção

Durante a execução das obras, o acompanhamento dos aspectos ambientais deve ser realizado por meio de uma série de relatórios periódicos. Esses relatórios, de periodicidade mensal, devem contemplar, de um lado, as realizações quantitativas nos aspectos ambientais, permitindo a medição e o pagamento correspondente à empresa construtora. Por outro lado, devem apontar as medidas adotadas para cumprimento das demais exigências do licenciamento, possibilitando o acompanhamento por parte do empreendedor e do órgão licenciador.

Os relatórios para acompanhamento devem ter, sempre que possível, registros fotográficos da evolução da obra e das medidas e programas ambientais, servindo, posteriormente, aos demais programas constantes do PGAS.

Os relatórios a serem enviados ao BID devem ter a **periodicidade semestral**.

6.2.3 Atividades de Planejamento Ambiental de Obras

A execução de obras envolve uma sequência de atividades no campo que, dependendo da natureza do terreno, do uso urbano ou rural e da cobertura vegetal existente, podem ter impactos variáveis sobre o meio ambiente.

Desta forma, é necessário o acompanhamento e fiscalização das obras pela SECULT/UCP, visando diminuir os transtornos das obras públicas para a coletividade, verificando o cumprimento de medidas de proteção ao canteiro de obras e a vizinhança, executando inspeções das edificações vizinhas e implantando procedimentos relativos aos serviços de terraplenagem, demolições e remoções, drenagem urbana, pavimentação e obras complementares de urbanização além de medidas de controle do bota-fora, detalhamento da sinalização de advertência a ser implantada, entre outros procedimentos.

O planejamento ambiental deve ser realizado logo ao início do contrato com a empresa construtora e atualizado permanentemente. Este planejamento deverá ter, como característica relevante, a análise prévia do dia-a-dia das obras.

6.2.3.1 Equipe da Construtora

A construtora deve possuir uma equipe composta por um responsável pelas ações socioambientais, pelo planejamento, acompanhamento e controle ambiental das obras, sendo

o representante da Construtora na articulação e relacionamento com a supervisão ambiental de obras e com a SECULT/UCP. A equipe será também responsável pela autofiscalização da Construtora, bem como acompanhar a Supervisão Ambiental de Obras e atender e encaminhar suas demandas.

Contratação de Pessoal

Durante o cadastro e seleção de pessoal, deverá ser dada prioridade aos trabalhadores da região da área de influência do empreendimento.

Os responsáveis pela obra deverão passar aos trabalhadores informações corretas sobre o empreendimento, em especial no que se refere à temporalidade dos serviços.

Quanto às adversidades diretas aos trabalhadores na obra, devem ser cumpridas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especificamente quanto à proteção do trabalhador e do ambiente de trabalho.

Requerimentos Ambientais para Contratação de Empresas

O edital de licitação das obras deverá estabelecer os requisitos ambientais mínimos a serem atendidos pelas empresas construtoras na fase de licitação das obras. Deve-se exigir das empresas proponentes:

- Qualificação técnica ambiental, com base em experiência comprovada na execução de projetos e obras relacionadas aos respectivos componentes de cada executor do Projeto, aí incluídas obras de sistemas viários urbanos com a consideração de aspectos ambientais construtivos.
- Relação da equipe ambiental própria ou de empresa subcontratada, acompanhada de declaração de que esta atuará sob a total responsabilidade da empresa proponente.
- Os editais de licitação devem prever, também, exigência de aplicação e cumprimento da legislação ambiental e cláusulas de penalização financeira em caso do não cumprimento do PGAS.

6.2.4 Atividades da Fase de Obras

A seguir, serão apresentados os subprogramas que deverão ser observados durante as fases de construção, de forma a dar sustentabilidade ambiental as obras. É importante destacar que esse material foi baseado em conhecimento e experiência da SECULT/UCP, de forma a ser articulado com a realidade local de suas equipes.

Ressalta-se que os subprogramas a seguir foram desenhados levando-se em conta os Estudos Ambientais (AAE, EVA, etc) e os projetos a serem implantados (ou em implantação), sendo que eventuais questões aqui não previstas deverão ser alvo de discussão entre a SECULT/UCP, a Supervisão Ambiental, e as empresas contratadas para a construção, de forma a definir procedimentos adequados para tais casos, e, se necessário, construir novos subprogramas para serem incorporados ao PGAS / PCAO.

6.2.4.1 Subprograma da Implantação, Operação e Encerramento de Canteiro de Obras

Os Canteiros de Obras são instalações destinadas a abrigar escritórios, refeitórios, ambulatórios, sanitários, oficinas, almoxarifados, armazenamento de materiais, etc.

A escolha do local para implantação do canteiro de obras deverá ser feita considerando alguns aspectos:

- O local deve ser de fácil acesso, livre de inundações, ventilado e com insolação adequada.
- O desmatamento deverá ser mínimo, procurando-se preservar as árvores de grande porte.
- Dever-se-á escolher locais onde não serão necessários grandes movimentos de terra.
- Deve-se levar em conta a direção dos ventos dominantes no caso do canteiro de obras se situar próximo a núcleos habitacionais.

A primeira diretriz que deve nortear o planejamento das construtoras, com relação à sua infraestrutura de apoio em campo, refere-se às características das comunidades existentes nas vizinhanças das áreas que serão afetadas, no sentido de que as atividades de obra, o funcionamento do canteiro e o convívio com os trabalhadores, mesmo por período de tempo reduzido, não venham a acarretar impactos negativos significativos na qualidade de vida das populações. Normalmente, as atividades de obra e o fluxo de mão-de-obra durante a construção constituem um fator de incentivo às atividades econômicas das localidades e, assim, podem propiciar um impacto positivo. No entanto, conforme o tamanho e as peculiaridades de cada comunidade, impactos negativos podem ocorrer, tais como:

- Sobrecarga na infraestrutura de serviços urbanos.
- Aumento das demandas e consequente elevação de preços de bens e serviços.
- Alterações no comportamento e convívio social da comunidade.

A construtora deve construir mecanismos adequados e que garantam a autossuficiência dos canteiros, em termos de abastecimento de bens e insumos, garantir a oferta de transporte de trabalhadores, atendendo, no mínimo, aos critérios preconizados na norma da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, a NBR-1367 (Áreas de Vivência em Canteiros de Obras), para permanência de trabalhadores nos canteiros de obras (alojados ou não), além dos requisitos ambientais a seguir apresentados.

A localização do canteiro deverá ser licenciada pelo órgão estadual de meio ambiente, conforme a legislação vigente. A escolha dos locais para implantação do canteiro deve contar com a participação direta da SECULT/UCP, para propiciar a integração dessas instalações com a infraestrutura existente. Deve ser evitada a implantação de canteiros próximos a unidades de conservação, áreas de preservação permanente, terras indígenas e áreas com cobertura natural preservada. Para instalação do canteiro deve-se, preferencialmente, escolher área já alterada.

A localização do canteiro não deve interferir com o sistema viário e de saneamento básico, sendo necessário contatar a Prefeitura, órgãos de trânsito, segurança pública, sistema hospitalar, concessionárias de água, esgoto, energia elétrica, telefone, etc., para qualquer intervenção em suas áreas e redes de atuação, face à implantação do canteiro de obras.

O tráfego de caminhões e de equipamentos pesados deve se restringir aos horários que causem a menor perturbação na vida cotidiana da população. Esses horários devem ser preestabelecidos e submetidos à aprovação da fiscalização, que deverá obter a anuência do órgão de trânsito, caso necessário.

O canteiro deve atender às diretrizes da Legislação Brasileira de Segurança e Medicina no Trabalho, especialmente o Plano de Emergência Médica e Primeiros Socorros, para eventuais remoções de acidentados para hospital da região.

Após o término das atividades de implantação, toda a infraestrutura utilizada durante a construção das obras, caracterizada essencialmente por canteiro de obras, deverá ser removida, exceto nos casos em que essas estruturas forem aproveitadas na fase de operação do sistema, pelo empreendedor ou pela comunidade.

Não será permitido o abandono da área de canteiro sem recuperação do uso original, nem o abandono de sobras de materiais de construção, de equipamentos ou partes de equipamentos inutilizados. Os resíduos devem ser acondicionados em locais apropriados, os quais devem receber tratamento adequado, conforme suas características.

Documentação fotográfica, retratando a situação original das áreas do canteiro e das faixas de obras dos coletores e interceptores deve ser obrigatoriamente elaborada e utilizada durante a execução dos serviços de restauração, visando a comparação da situação dessas áreas antes e depois da construção das obras.

Além da restauração definitiva das instalações eventualmente danificadas pela obra, os serviços devem englobar a execução de proteção vegetal nas áreas alteradas, de forma a garantir a estabilidade do terreno, dotando as faixas de obras de uma proteção permanente.

6.2.4.2 Subprograma da Implantação, Operação e Encerramento de Áreas de Jazidas e Bota-Foras

O subprograma a seguir descrito apresenta um marco de diretrizes a serem acionadas nas situações identificadas relacionadas à jazidas e bota-foras.

A obtenção de licenças dos órgãos ambientais para a exploração de jazidas de solo ou de material granular para aterros e reaterros, bem como de áreas de bota-foras temporários ou definitivos será responsabilidade da empresa contratada para a execução das obras.

O pedido de licença de exploração de jazidas deverá ser formulado em conformidade com os padrões dos órgãos ambientais, devendo explicitar todas as informações sobre a empresa executora das atividades de exploração e sobre o profissional responsável técnico pela obra. Deverão ser estabelecidos os prazos de exploração da jazida e definidos os volumes estimados de material a retirar com o correspondente plano de exploração. Detalhar a metodologia e as atividades necessárias para a recomposição da área explorada de modo a restituir-lhe as condições originais.

Áreas de bota-fora temporário serão utilizadas para a deposição de material retirado de cavas ou valas e passíveis de reutilização para aterros ou reaterros e cuja permanência no local de execução das obras possa causar incômodo a veículos e pedestres. Os bota-foras definitivos receberão aquele material removido da área das obras e cujas características geotécnicas inviabilizam a sua utilização para aterros e reaterros.

Para ambos os casos a empreiteira deverá obter licença de utilização e, ao final do seu uso, recompor as condições originais da área (para bota-fora temporário) ou dar conformação ambientalmente adequada (para áreas de bota-fora de disposição permanente de material),

com ênfase para eventual percolação de líquidos indesejáveis, cobertura vegetal, drenagem, etc.

6.2.4.3 Subprograma de elaboração do Plano de Ação de Emergência – PAE

O Plano de Ação de Emergência tem por objetivo apresentar os procedimentos técnicos e administrativos a serem adotados em situações emergenciais que possam ocorrer. São procedimentos que levam a atuações rápidas e eficazes visando preservar a vida das pessoas presentes nas instalações e seu entorno imediato, manter a segurança das comunidades circunvizinhas e garantir a qualidade ambiental. Os procedimentos se fundamentam em hipóteses acidentais relevantes, considerando os riscos presentes nas obras, obtidos na Análise de Risco Ambiental.

O PAE será composto dos itens descritos a seguir:

- Caracterização do Empreendimento
- Glossário de Termos
- Descrição Sucinta dos Riscos Presentes no local (canteiro, frente de trabalho, estrutura operacional, etc.)
- Níveis de Emergência
- Estrutura Organizacional, incluindo contatos e quem deve ser acionado em ordem de acionamento
- Ponto de Encontro e Alarmes de Emergência
- Participantes Externos do Plano, com contatos telefônicos
- Procedimentos Gerais
- Quadro Resumo dos Participantes do PAE
- Procedimentos Emergenciais
- Procedimentos Emergenciais em Caso de Animais Feridos
- Sistemática de Treinamento.

Esses procedimentos deverão ser entregues mensalmente para serem analisados e aprovados pela SECULT/UCP. O PAE deve ser de conhecimento de todos os trabalhadores locais e deve ficar em local acessível para referência rápida; cabendo a supervisão ambiental fiscalizar se os trabalhadores foram treinados com os procedimentos do PAE e se o mesmo está atualizado e disponível.

6.2.4.4 Subprograma de Gestão de Segurança, Higiene, Medicina, Vivência e Meio Ambiente do Trabalho.

Os cuidados com a Segurança, a Higiene e a Saúde Ocupacional das pessoas que trabalharem na implantação das obras não estarão restritos aos colaboradores da empresa contratada, mas, incluem os trabalhadores de outras empresas que venham a prestar serviços para esta contratada.

As disposições a seguir descritas apresentam as condições e requisitos mínimos que deverão ser seguidos pela contratada e eventuais subcontratadas e deverão ser objeto de procedimentos que garantam a excelência na Gestão de Segurança, Higiene, Medicina, Vivência e Meio Ambiente do Trabalho, devendo abranger, indistintamente, toda a força de trabalho e instalações da contratada e de suas eventuais subcontratadas, colocadas à disposição das obras.

Esses procedimentos deverão atender prioritariamente à legislação federal, estadual e municipal vigente e às normas, procedimentos e instruções aplicáveis emitidas por entidades públicas com atribuição para regular estas questões.

Esta implica na obrigatoriedade do cumprimento dos termos de Acordos Coletivos de Trabalho firmados pelo SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil.

Estabelecem-se neste documento as exigências relativas à vivência dos empregados da Contratada, ressaltando-se que, para aqueles que forem migrados de outras regiões, as condições a serem oferecidas deverão ser dignas e compatíveis com o nível hierárquico do empregado.

Deverão também ser estabelecidos ao longo do processo, de forma bem clara, a periodicidade, os pontos, os indicadores e os métodos de controle durante a implantação deste subprograma.

Generalidades

Normas Auxiliares ou Complementares

A observância das prescrições deste documento, não desobriga a contratada do cumprimento integral da Legislação Brasileira relativa à Segurança e Saúde do Trabalho, em especial o atendimento à Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e suas Normas Regulamentadoras, legislações estaduais, municipais e suas instruções técnicas em vigor, bem como àquelas que versarem sobre o assunto e passarem a vigorar após a contratação do serviço.

Validade / Aplicação das Normas

Para todas as empresas contratadas para desenvolvimento de obras de empreendimentos contratadas pelo Prestador de Serviços.

Definições

- ASO – Atestado de Saúde Ocupacional.
- CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
- CONTRATADA – empresa contratada para executar Empreendimentos.
- EPI – Equipamento de Proteção Individual.
- OS – Ordem de Serviço
- PCMSO – Programa de Controle de Saúde Ocupacional.
- PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
- PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho

Requisitos

Responsável por Assuntos de Segurança, Saúde e Meio Ambiente.

A contratada deverá designar formalmente um empregado que será o responsável por assuntos SEGURANÇA, HIGIENE E A SAÚDE OCUPACIONAL e que esteja apto a tal.

Condições Legais

As empresas contratadas deverão apresentar, ao Administrador do Prestador de Serviços responsável pelo contrato, para liberação da OS – Ordem de Serviços, os seguintes documentos:

- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- Cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional de cada empregado que irá trabalhar nas obras do Empreendimento;
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho;
- Ficha Cadastral para empregados da Contratada acompanhada de cópia da ficha registro de empregado;
- Procedimento de Saúde Ocupacional Permissão de Trabalho.

Ruído Excessivo

Todas as pessoas que trabalharão em ambiente expostos a ruídos excessivos deverão ter avaliação de saúde que inclua audiometria (validade de doze meses) e contar com os EPIs apropriados.

Proteção Respiratória

Todas as pessoas que trabalharão na obra e que necessitem fazer uso de equipamentos de proteção respiratória adequados ao nível de proteção necessário, (inclui qualquer tipo de máscara) deverão ter avaliação de saúde que inclua espirometria (validade de doze meses).

Trabalho em Altura / Espaço Confinado

Todas as pessoas que trabalharão na obra, realizando atividades em altura e/ou espaços confinados deverão ter avaliação de saúde que inclua eletrocardiograma e eletroencefalograma iniciais.

Operação de Máquinas Móveis

Todas as pessoas que trabalharão na obra, realizando atividades com utilização de máquinas móveis (empilhadeiras, tratores, caminhões, carretas, guindastes, guinchos e similares) e/ou motoristas deverão obrigatoriamente apresentar os seguintes exames médicos complementares:

- Avaliação da acuidade visual (renovado a cada 2 anos);
- Teste ergométrico (renovado a cada 2 anos);
- Eletroencefalograma inicial;
- Audiometria (renovação anual).

Veículos

Nas carrocerias de veículos será permitido transporte de equipamentos, ferramentas e/ou materiais usados na execução da obra/serviços. Não será permitido transporte de pessoas em suas carrocerias.

Os veículos deverão ser necessariamente conduzidos por pessoa legalmente habilitada e estar em boas condições, de acordo com a Legislação aplicável.

Equipamentos de Proteção Individual

Compete à Contratada fornecer gratuitamente aos seus empregados os EPI's de uso permanente e básicos (capacete de segurança, sapatos de segurança e óculos de segurança) assim como outros EPI's que se fizerem necessários de acordo com a natureza dos serviços. O EPI a ser utilizado em tarefas da contratada deverá basear-se na NR 6 da Portaria 3214/78 do MTE.

O controle de entrega de EPI individual deve ser devidamente atualizado e mantido em posse da contratada, ficando à disposição para Fiscalização do Prestador de Serviços e eventuais fiscalizações dos órgãos competentes.

É de responsabilidade da contratada a fiscalização do uso dos EPI's adequados pelos seus empregados, bem como o treinamento dos mesmos sobre seu uso, guarda e conservação.

Todos os EPI's distribuídos deverão possuir CA, e cópias desses documentos deverão ser mantidas no canteiro da Contratada, ficando à disposição para Fiscalização da Equipe Ambiental da Construtora e eventuais verificações dos órgãos competentes.

A Fiscalização poderá fazer, aleatoriamente, verificações da qualidade e das condições dos EPI's, retirando de uso aqueles que forem reprovados, ficando a contratada na obrigação de repô-los sem ônus aos empregados.

Os EPI's eventualmente retirados de uso pela do Prestador de Serviços serão inutilizados e entregues à contratada para correta disposição final.

Os capacetes devem ter, obrigatoriamente, a identificação explícita da Contratada.

Todos os calçados de segurança devem ter componentes metálicos contra queda de materiais, exceto nos trabalhos em eletricidade, onde os calçados deverão atender normas técnicas específicas.

O protetor auricular usado deve ser o tipo concha, e salvo nas aplicações de proteção combinada, o protetor auricular descartável poderá ser permitido.

Todo e qualquer EPI definido como descartável terá sua utilização limitada à no máximo um dia, ou, em caso de deterioração e/ou contaminação imediata, à no máximo um único uso, devendo ser descartado em seguida. Não é permitida, aos empregados das Contratadas, a utilização de EPI's que não sejam fornecidos por estas e/ou a utilização de EPI's de qualquer espécie descartados pelo do Prestador de Serviços.

Uniformes

A empresa contratada deve obrigatoriamente fazer o uso de uniformes, preferencialmente, padronizados (cor, identificação da Contratada) nos empreendimentos.

Preferencialmente, os uniformes deverão ser higienizados por empresa especializada, contudo, desde que ajam condições para tanto, os uniformes poderão ser lavados pelos próprios usuários. Uniformes utilizados em locais com possibilidade de contaminação química

e/ou biológica não poderão ser lavados pelo próprio usuário, devendo ser obrigatoriamente higienizados por empresa especializada ou devidamente descartados.

Canteiro de Obras

A empresa contratada deverá apresentar à Fiscalização da Equipe Ambiental da Construtora uma planta do canteiro de obras considerando todas as construções de apoio necessárias, bem como um projeto ou descritivo de como serão executadas estas edificações, com especificações dos materiais (civil, mecânica, elétrica).

Alimentação

É terminantemente proibida a alimentação dos empregados nas frentes de obras ao relento ou em viaturas e veículos de serviço.

Os trabalhadores deverão ter a sua disposição água fresca e própria para consumo em todas as frentes de obra e locais de trabalho.

Depósito de Materiais

A empresa contratada deverá indicar na planta de implantação, as áreas destinadas aos depósitos de materiais a serem utilizados na obra quer sejam edificados ou não.

Os materiais a serem empregados na construção de obras civis ou de instalações devem ser arrumados de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndio, não obstruir portas e/ou saídas de emergência e não provocar sobrecargas em paredes ou lajes, além dos previstos em seus dimensionamentos.

Em pisos elevados os materiais não devem ser empilhados a uma distância de suas bordas menor que a equivalente à altura da pilha, a não ser que existam paredes ou elementos protetores. Tubos, vergalhões, perfis, barras, pranchas e outros materiais de grande comprimento ou dimensão devem ser arrumados em camadas, com espaçadores e peças de retenção, separados de acordo com o tipo de material e a bitola das peças. As madeiras retiradas de andaimes, tapumes, formas e escoramentos devem ser empilhadas, depois de retirados ou rebatidos, os pregos, arames e fitas de amarração.

Os recipientes de gases para solda devem ser transportados e armazenados adequadamente, obedecendo-se às prescrições quanto ao transporte e armazenamento de produtos inflamáveis.

Os materiais tóxicos, inflamáveis ou explosivos, devem ser armazenados em locais isolados, apropriados e sinalizados/identificados, de acordo com a Legislação vigente. Deverão ser mantidos inventários à disposição da fiscalização do prestador de serviços.

Sinalização/Isolamento de Área

As instalações da contratada deverão estar sinalizadas para:

- Identificar os locais de apoio que compõem o canteiro de obras.
- Indicar as saídas por meio de dizeres e/ou setas.
- Manter comunicação através de avisos, cartazes ou similares.
- Advertir contra perigo de contato ou acionamento acidental com partes móveis das máquinas e equipamentos.
- Advertir quanto a risco de queda.

- Alertar quanto à obrigatoriedade do uso de EPI, específico para a atividade executada, com a devida sinalização e advertência próximas ao posto de trabalho.
- Identificar acessos, circulação de veículos e equipamentos na obra.
- Advertir contra risco de passagem de trabalhadores onde o pé-direito for inferior a 1,80m (um metro e oitenta centímetros).
- Identificar locais com substâncias tóxicas, corrosivas, inflamáveis, explosivas e radioativas.

Para toda e qualquer atividade realizada fora dos canteiros das contratadas é necessário isolamento adequado para evitar o acesso de pessoas não envolvidas à área de trabalho, bem como sinalizar aos motoristas de veículos diversos. Deverão ser providenciados através de pedestais de isolamento de área, construídos em material que facilite o transporte a serem utilizados em conjuntos com fitas zebreadas ou telas para demarcação. O fornecimento do material de isolamento é de responsabilidade da contratada.

Proteção Contra Incêndio

A empresa contratada obriga-se a dotar o canteiro de obras dos equipamentos necessários para combate a princípios de incêndios, de acordo com a Legislação Estadual e Federal vigente.

Todos os empregados locados no canteiro de obras devem ser treinados na correta utilização dos equipamentos portáteis de combate a princípios de incêndios, bem como a respeitar os locais destinados exclusivamente a estes equipamentos, não obstruindo passagens e acesso aos mesmos.

Ordem e Limpeza

As instalações da contratada devem se apresentar organizadas, limpas e desimpedidas, notadamente, nas vias de circulação, passagens e escadarias.

Entulho e quaisquer sobras de materiais devem ser regularmente coletados e removidos. Por ocasião de sua remoção, devem ser tomados cuidados especiais, de forma a evitar poeira excessiva e eventuais riscos.

É proibida a queima de lixo ou qualquer outro material no interior do canteiro de obras. É proibido manter lixo ou entulho acumulado ou exposto em locais inadequados do canteiro de obras.

Fiscalização

Supervisão Ambiental de Obras fará inspeções a qualquer momento nos locais onde a Contratada execute serviços.

Eventuais irregularidades constatadas, pela fiscalização e/ou preposto, deverão ser objeto de providências por parte da contratada, que deverá implementar as correções, observados os instrumentos previstos neste documento.

A Supervisão Ambiental de Obras irá suspender qualquer trabalho em que se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança do pessoal, equipamentos ou meio ambiente. As suspensões dos trabalhos motivados por condições de insegurança não eximem a contratada das obrigações e penalidade das cláusulas dos contratos referentes a prazos e multas.

Elaboração e Apresentação do Plano

Na Elaboração do Plano de Gestão de Segurança, Higiene, Medicina, Vivência e Meio Ambiente do Trabalho a Contratada deverá definir, em conjunto com a Supervisão Ambiental de Obras,

os formulários e *checklist* que serão utilizados na avaliação das condições estabelecidas no Plano para as condições de ambiente e de segurança de locais de trabalho e equipamentos.

A Supervisão Ambiental de Obras fixa o prazo de 30 dias após a publicação da assinatura do contrato para a apresentação do Plano de Gestão de Segurança, Higiene, Medicina, Vivência e Meio Ambiente do Trabalho a ser fornecido pela empresa contratada, que será implantado no início do empreendimento após a aprovação da Supervisão Ambiental de Obras.

6.2.4.5 Subprograma de Gerenciamento e Disposição de Resíduos no Canteiro de Obras

As ações de Gerenciamento e Disposição de Resíduos têm como objetivo básico assegurar que a menor quantidade possível de resíduos seja gerada durante a implantação das obras e que esses resíduos sejam adequadamente coletados, estocados e dispostos, de forma a não resultar em emissões de gases, líquidos ou sólidos que representem impactos significativos sobre o meio ambiente. Durante a execução das obras, é prevista a geração de três tipos de resíduos: sólidos, efluentes industriais e sanitários.

Resíduos Sólidos

O gerenciamento ambiental dos resíduos sólidos está baseado nos princípios da redução na geração, na maximização da reutilização e da reciclagem e na sua apropriada disposição. O canteiro deve contar com sistema de coleta interna de resíduos sólidos, os quais devem ser colocados em locais próprios para serem recolhidos pelo sistema público de coleta e disposição. Deve haver uma negociação junto aos órgãos e empresas responsáveis pela coleta de resíduos, visando a utilização desse sistema. Os resíduos não devem ficar expostos, pois podem atrair diversos vetores de doença e, eventualmente, servirem com depósitos indevidos de água.

Deve haver um perfeito controle sobre o lixo doméstico gerado no canteiro de obras. O lixo deve ser recolhido separadamente (orgânico/úmido e inorgânico/seco) para que possam ter destino final diferenciado. O lixo deve ser colocado em local adequado para ser recolhido pelo serviço de limpeza urbana do município ou, especificamente, no caso do lixo seco (papel, papelão, vidro, plástico, latas, etc.), disponibilizado para ser recolhido por pessoas da comunidade próxima para a sua posterior reciclagem.

No transporte de entulho e lixo, para evitar a perda do material transportado deve ser evitado o excesso de carregamento dos veículos, além de ser mantida uma fiscalização dos cuidados necessários no transporte, tais como em relação à cobertura das caçambas ou carrocerias dos caminhões com lona.

A disposição final do entulho de obra deve considerar o que preconiza a Resolução CONAMA nº 307, de 07 de julho de 2002, que estabelece:

Art. 3º Os resíduos da construção civil deverão ser classificados, para efeito desta Resolução, da seguinte forma:

1) Classe A - São os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II) Classe B - São os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;

III) Classe C - São os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso;

IV) Classe D - São os resíduos considerados perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.

Art. 4º Os geradores deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final.

§ 1º Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por Lei, obedecidos os prazos definidos no art. 13 desta Resolução.

§ 2º Os resíduos deverão ser destinados de acordo com o disposto no art. 10 desta Resolução.

Art. 10. Os resíduos da construção civil deverão ser destinados das seguintes formas:

I) Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

II) Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III) Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

IV) Classe D: deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Art. 13. No prazo máximo de dezoito meses os Municípios e o Distrito Federal deverão cessar a disposição de resíduos de construção civil em aterros de resíduos domiciliares e em áreas de "bota fora".

Efluente das Atividades da Obra

Devem ser adotadas medidas e procedimentos técnicos visando a coleta, o tratamento e a disposição final dos efluentes líquidos a serem gerados no Canteiro de Obras e demais instalações industriais e de serviços, associadas à execução das obras, de forma a garantir o atendimento às disposições legais vigentes, notadamente no tocante aos padrões de lançamento.

Deve ser feito o controle de contaminação de produtos perigosos incluindo o correto armazenamento de produtos perigosos, a instalação de diques de contenção para incidentes que resultam em eventuais vazamentos.

Devem ser utilizados dispositivos e/ou elementos de absorção para eventuais vazamentos de máquinas e equipamentos além de separador de água e óleo nos lavadores de máquinas, armazenamento adequado do óleo utilizado e destinação final para empresas recicladoras.

Durante as obras pode ocorrer acúmulo indevido de resíduos que venham a tornar-se depósitos indevidos de líquidos, fato este que também poderá ocorrer em depressões do terreno. Atenção especial deverá ser dedicada a esse aspecto, por ser um elemento importantíssimo no controle da proliferação de mosquitos, particularmente, o da dengue.

Resíduos Sanitários

Com relação aos resíduos sanitários, havendo infraestrutura no local, os efluentes líquidos gerados pelo canteiro de obras só devem ser despejados diretamente nas redes de águas servidas. Não existindo infraestrutura, devem ser previstas instalações completas para o tratamento dos efluentes sanitários e águas servidas por meio de fossas sépticas, ou equipamento de similar eficiência, atendendo aos requisitos da norma brasileira NBR 7229/93, da ABNT.

Quanto aos resíduos oriundos das oficinas mecânicas, das lavagens e lubrificação de equipamentos e veículos, deve ser prevista a construção de caixas coletoras e de separação dos produtos, para posterior remoção dos óleos e graxas através de caminhões ou de dispositivos apropriados.

O canteiro deve contar também com equipamentos adequados para minimizar a emissão de gases e para a diminuição de poeira (caminhão-pipa).

A construtora deve prever a execução das seguintes ações, juntamente com a seleção do local do canteiro de obras:

- Previsão dos principais resíduos a serem gerados, com estimativas iniciais de suas quantidades.
- Levantamento dos aterros e locais adequados para a disposição dos resíduos previstos.
- Estabelecimento de acordos com os órgãos locais para a utilização de equipamentos e instalações de tratamento/disposição de resíduos.
- Inclusão, no programa de treinamento ambiental dos trabalhadores, dos aspectos de manejo de resíduos.
- Fiscalização contínua sobre as atividades geradoras de resíduos durante a fase de obras.

A principal meta a ser atingida é o cumprimento das legislações ambientais federal, estadual e municipal vigentes, tanto no tocante aos padrões de emissão quanto no tocante à correta e segura disposição dos resíduos. Algumas áreas mais sensíveis, como as Áreas de Preservação Permanente, devem ser especialmente protegidas quanto à disposição de resíduos no solo.

6.2.4.6 Subprograma de Controle de Ruídos

Várias atividades previstas no contexto da implantação das obras poderão gerar alteração dos níveis de ruído, entre as quais destacam-se aquelas relacionadas à preparação do terreno - corte de árvores e demolição de edificações, implantação do canteiro de obras, movimentação de terra, trânsito de caminhões/bota-fora, recebimento de materiais, transporte de pessoal, concretagem, e outras atividades afins.

O ruído e as vibrações provenientes da execução dessas atividades deverão ser minimizados. É importante exercer um controle à emissão de ruídos por motores mal regulados ou com manutenção deficiente. Os silenciadores dos equipamentos deverão receber manutenção rotineira para permanecer funcionando a contento. Deve ser evitado o trabalho no horário noturno (entre 22:00 e 7:00 horas).

Deve ser realizada uma campanha, antes do início das obras, para medição do ruído nos locais de intervenções, junto aos principais receptores. Deverão ser consideradas as características de uso dos locais de intervenção, os principais equipamentos previstos nas obras e suas características de emissão de ruído, com o objetivo de garantir o necessário atendimento à legislação vigente: CONAMA 1/90, Norma ABNT NBR 10151 e legislações municipais correspondentes.

6.2.4.7 Subprograma para Controle de Emissão de Material Particulado

Este tem por objetivo minimizar as emissões atmosféricas provenientes das operações dos equipamentos e maquinários durante a execução das obras. Está prevista a adoção de práticas como a aspersão de água nas pilhas de agregados, nas pistas e em cargas que possam liberar material particulado.

Para evitar a geração de poeira que possa causar incômodos aos usuários das vias e aos moradores próximos às obras, a(s) construtora(s) deverá(ão) providenciar a irrigação constante das vias e dos acessos, em períodos secos, sempre que isto se mostrar necessário, mediante a utilização de caminhões pipas para umectação das vias afetadas, ou utilização de outros materiais com o mesmo efeito de supressão de material particulado (por exemplo, cloreto de cálcio, sulfonato de lignina, emulsões asfálticas, e polímeros especiais).

Os caminhões e demais equipamentos só poderão circular em vias públicas com pneus e rodas devidamente limpos. Caminhões carregados deverão estar devidamente cobertos com lona, de forma a evitar queda de material.

6.2.4.8 Subprograma das Intervenções com Infraestrutura de Serviços

As interferências para instalação das obras envolvem escavação e a necessidade de compatibilização dos usos do solo e subsolo urbano, propiciando o restabelecimento das infraestruturas existentes no local com seu estado de conservação e funcionamentos adequados.

Com a implantação das obras há a possibilidade de serem afetadas infraestruturas de abrangência local, com destaque para o sistema viário. Diversas vias de caráter local serão afetadas, tornando-se necessário estabelecer alternativas que garantam acessibilidade aos locais afetados.

Incluem-se ainda entre os itens da infraestrutura local, os sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto, além de linhas distribuidoras de energia elétrica, gás e telefonia/comunicação.

Deve-se garantir a execução, em tempo hábil, das ações voltadas para a reestruturação das infraestruturas afetadas, de forma que, quando da entrada em operação das obras projetadas, as mesmas já estejam adequadas à nova situação, garantindo-se o cumprimento de suas funções.

Procedimentos e Diretrizes

As atividades devem estar alinhadas cronologicamente com o PCAO, e são determinantes para os editais de contratação das construtoras. As atividades básicas deste programa estão mencionadas a seguir:

- a) Cadastramento físico das infraestruturas afetadas.
- b) Discussão com as comunidades usuárias das infraestruturas afetadas.

- c) Alinhamento e autorizações com as companhias responsáveis pelos serviços, no caso de interrupção, desvio ou alteração da infraestrutura.
- d) Execução das obras de recomposição previstas.

6.2.4.9 Subprograma de Gestão do Sistema Viário

Esse Subprograma fixa as condições mínimas exigíveis para a Gestão do Sistema Viário para a execução das obras. Os elementos apresentados fornecem diretrizes e critérios visando diminuir os transtornos e melhorar o bem-estar coletivo, incluindo munícipes, funcionários da própria contratada e da Prestadora de Serviços, bem como seus prepostos.

Disposições Gerais

Deverão ser obedecidas as leis federais, estaduais, e municipais conforme sua aplicabilidade. Os requisitos definidos a seguir deverão ser implantados considerando as várias etapas das obras em diferentes pontos das cidades e rodovias. Deverão ser consideradas as várias limitações que serão feitas ao tráfego de veículos, ônibus, garagens residenciais e comerciais, escolas, hospitais, clínicas, centros de saúde e todo e qualquer transtorno causado na região.

Essa gestão deve ser realizada em articulação com a UCP, construtora, supervisora e a Transalvador, e devem ser observados seguintes requisitos:

- Contato com o órgão de trânsito local, agendando reunião com a presença do prestador de serviços e contratada.
- Calendário do município com eventos, festividades e feriados prolongados.
- Projeto de desvios de tráfego aprovado pelo órgão responsável.
- Cronograma Obra x Trânsito.
- Definir o prazo para liberação da frente junto ao órgão responsável.
- Comunicação para interdição e/ou desvios das ruas e/ou rodovias através de panfletos e faixas, aprovados pelo prestador de serviços e pelo órgão responsável pela gestão do Trânsito.

Monitoramento da Gestão do Sistema Viário

Quando pertinente, será realizada reunião entre fiscalização e a Contratada para monitoramento viário em andamento.

Discussão de eventuais não-conformidades observadas e medidas tomadas para saná-las e entrega dos relatórios mensais que deverão ser aprovados pela UCP/PRODETUR.

6.2.5 Inserção do Programa no Cronograma

O Programa de Controle Ambiental das Obras deverá ser acionados logo após a assinatura do contrato com a Construtora (fase de Planejamento Ambiental) e deverá ser manter ativo durante toda a fase de construção.

6.2.6 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A Implementação deste Programa, e a elaboração dos Planos previstos neste, é responsabilidade da construtora, sendo responsabilidade do SECULT/UCP a verificação da adequada aplicação dos dispositivos aqui descritos.

6.3 PCS - Programa de Comunicação Social e Mecanismo de Gestão de Queixas

Este Programa visa dotar a implantação das obras de instrumentos que garantam o fluxo de informações entre o empreendedor e a população local a ser afetada. Tais instrumentos de comunicação devem difundir de forma adequada as características do empreendimento em suas três etapas (projeto, construção e operação) assim como atuar preventivamente na mitigação dos impactos diretos e indiretos sobre a população e atividades econômicas.

6.3.1 Objetivos

O Programa de Comunicação Social tem o objetivo de viabilizar um canal de relacionamento direto e constante entre o empreendedor e as comunidades afetadas e aquelas situadas no entorno, com vistas a reduzir os eventuais impactos associados ao empreendimento, antes e durante o período de obras e, posteriormente, na etapa de operação.

Como objetivos específicos, destacam-se:

- Divulgação geral do empreendimento – Tornar público para a sociedade informações básicas sobre o projeto, tais como: características das intervenções, as demandas existentes e, sobretudo, os benefícios a serem gerados, localizações e etapas de implantação;
- Divulgação das ações sociais e ambientais programadas – Divulgar e manter diálogo com as comunidades afetadas sobre os impactos potenciais previstos e os programas socioambientais a serem desenvolvidos e os requisitos de controle ambiental durante as obras, visando motivar a colaboração dos afetados e incentivá-los na busca de soluções mitigatórias;
- Divulgar periodicamente os resultados obtidos pelo Programa a partir da existência de mecanismos de consulta e participação de modo a receber, registrar e encaminhar adequadamente as demandas, reivindicações, reclamações e outras informações geradas pelas comunidades afetadas pelas obras, a fim de prevenir e dirimir situações de conflito e assegurar a transparência das ações governamentais.

6.3.2 Atividades Propostas / Abordagens

Para atingir de maneira eficaz os objetivos explicitados, os trabalhos ora propostos deverão abordar os temas a seguir apresentados:

- **Informação** – Envolve o conjunto de ações e instrumentos de comunicação que objetivam informar os diferentes públicos sobre as características do empreendimento e suas especificações técnicas e construtivas, benefícios, impactos associados, adoção de medidas mitigadoras e desenvolvimento de ações socioambientais. Deve ser parte da divulgação institucional rotineira das obras da SECULT/UCP.
- **Articulação** – Abrange as ações de interação e comunicação desenvolvidas com o objetivo de estabelecer um relacionamento construtivo com a opinião pública regional e local, as instituições governamentais e, principalmente, com a população local, suas entidades representativas e lideranças.
- **Monitoramento e Avaliação** – Envolvem o processo de acompanhamento, organização, arquivo e avaliação das ações de comunicação social em suas atividades de prestação de informações e captação e respostas a inquietações da sociedade.

O PCS abrange todos os segmentos da população diretamente afetados, além daqueles interessados nas intervenções previstas. Associado a este parâmetro, será considerado outro de caráter físico ou geográfico que também definirá a área de abrangência do Programa, a saber:

- **Área de Influência Direta das Obras** – constitui a população e as atividades econômicas lindeiras às obras e as comunidades próximas que devem sofrer influência dos impactos da implantação.

O desenvolvimento deste Programa deverá abranger as atividades, a seguir apresentadas:

- Caracterizar a estratégia de comunicação;
- Preparar eventuais materiais de divulgação;
- Definir os mecanismos de interação com grupos e municipalidades, quando necessário.
- Monitoramento e avaliação do Programa.

6.3.2.1 Atividade 1 – Definição da estratégia de comunicação do empreendimento

Organização e sistematização de informações técnicas

- As áreas afetadas pelas intervenções e os usos identificados nas vizinhanças são aquelas que poderão receber os principais impactos socioambientais das obras projetadas e os programas ambientais previstos.
- As especificidades locais relativas aos desvios e interrupções de trânsito, redução de velocidades, segurança, etc.
- As soluções para mitigação de impactos socioambientais.
- O cronograma de implantação das obras.

Caracterização do público-alvo e mídias locais

Na etapa prévia ao início das obras será feita a caracterização geral do público-alvo, identificação das principais organizações sociais e suas lideranças, assim como dos principais meios de comunicação local existentes. Tais procedimentos já ocorrem na SECULT/UCP, através das ações de interlocução social.

Estruturação dos instrumentos de comunicação

Definir os conteúdos que deverão ser elaborados nos materiais a serem utilizados nos contatos com os diferentes públicos-alvo, ou seja, folhetos, vídeos, *releases* para a imprensa. A definição de materiais e conteúdo deverá contar com o aporte de sugestões das equipes de desapropriação e reassentamento, de modo que respondam também às inquietações da população e atividades eventualmente afetadas.

Identidade visual e de comunicação do empreendimento

Todas as peças de divulgação de informações devem ser padronizadas com uma identidade visual específica.

6.3.2.2 Atividade 2 – Elaboração de material de divulgação

Para divulgar as informações do Prodetur Salvador, é necessário preparar material básico sobre o Projeto, com identidade visual. Quando necessário, serão elaborados materiais de divulgação tais como cartazes, cartilhas, panfletos, boletins informativos, banners, painéis, etc., adequados a cada público-alvo.

6.3.2.3 Atividade 3 - Mecanismos de Comunicação e Mecanismo de Gestão de Queixas

Diversos mecanismos de comunicação deverão ser utilizados nas diferentes fases de implantação do Programa.

Fase de Planejamento

Nesta etapa, o foco principal serão as informações sobre:

- As características gerais das áreas de intervenção, suas localizações e principais benefícios a serem auferidos.
- Estudos socioambientais realizados e os principais impactos e programas.
- Divulgação dos meios de comunicação direta com o SECULT/UCP.

Fase de Construção

Nesta fase, é importante a divulgação de informações para a população no entorno das obras, como:

- Localização das intervenções e das áreas no entorno que poderão receber impactos socioambientais das obras projetadas; suas características específicas (cronogramas, métodos construtivos, áreas de apoio, etc.); e os planos socioambientais previstos para controle e mitigação de impactos.
- Divulgação dos meios de comunicação direta com a SECULT/UCP.

As empresas construtoras, conforme detalhado no PCAO, ficarão responsáveis pela divulgação de informações relacionadas com as intervenções, tais como:

- Particularidades locais referentes à interrupção e/ou desvios de tráfego durante as obras, além de eventuais interrupções temporárias nas infraestruturas e equipamentos públicos.
- Atendimento de demandas do público de entorno da obra, referentes à operação de máquinas e equipamentos, geração de ruídos e material particulado, etc.

Cabe à SECULT/UCP receber e triar reclamações e queixas para que se dê uma solução adequada a demanda e garanta que um contato dê retorno ao reclamante. É importante que reclamações sejam sempre respondidas, mesmo que improcedentes.

O Município de Salvador possui uma Ouvidoria Geral, diretamente ligada ao Gabinete do Prefeito, responsável pela gestão do Programa Fala Salvador, que consiste em um novo conceito de relacionamento com o cidadão, a partir da padronização dos procedimentos de atendimento, facilitando o acesso e acompanhamento de suas demandas na Prefeitura de Salvador.

O sistema possibilita a melhoria da comunicação da população com os órgãos públicos, ao qual estão vinculados vários canais de atendimento à população, integrados através de uma plataforma tecnológica única, são eles:

- Telefone – 156
- Prefeitura Bairro- atendimento presencial
- Portal (internet)

Essa plataforma é alimentada pelo catálogo de serviços e informações, que é a ferramenta básica de suporte para a gestão do Atendimento e para a gestão das Demandas do cidadão,

que compreende o conjunto de todos os serviços, ativos e aprovados, que podem ser prestados pela Prefeitura e que podem ser solicitados por um cidadão.

A Ouvidoria Geral trabalha com o sistema municipal de ouvidorias, que é composto por uma rede de ouvidorias setoriais, com respectivos ouvidores, responsáveis pelas demandas setoriais de 2ª instância, tais como reclamações, denúncias, elogios, informações e sugestões.

A Ouvidoria do Município de Salvador é referência em âmbito nacional, funcionando de maneira integrada, a fim de solucionar as demandas que são apresentadas pelos cidadãos, facilitando o acesso e o envio das demandas a todos os órgãos e entidades municipais. Ainda assim, garante o sigilo, a segurança e a autonomia de cada órgão.

Campanha de divulgação prévia à entrega das obras

Na fase final de obras financiadas, dar-se-á ampla divulgação aos benefícios esperados com entrada em operação.

6.3.3 Inserção do Programa no Cronograma

O Programa deverá ser iniciado antes das obras e deverá estar ativo durante todo o processo de construção. Ao final, deverão ser reafirmados os canais já utilizados para comunicação junto à SECULT/UCP.

6.3.4 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A SECULT/UCP será responsável pela implementação das ações de informação durante o planejamento e construção, em articulação com as áreas de comunicação das empresas construtoras responsáveis pela obra.

6.4 PCPC – Programa de Consulta Pública Comunitária

Consultas à comunidade deverão ser realizadas sempre que houver questões que influenciem os modos de vida e incômodos relativos às atividades de obras, alterações de cronograma, horário de execução, intervenções e interrupções de serviços essenciais, com antecedência às atividades. Deverão ser programadas reuniões com a comunidade para socialização de informações, consulta e, quando for o caso, formalização dos acordos apresentados.

A seguir, é apresentada uma descrição das orientações, planejamento e recursos necessários para realização de pleitos com comunidades:

- Definição do Local a ser definido de acordo com o projeto e objetivo da oficina
- Data e Horário a ser definido de acordo com o projeto e objetivo da oficina e disponibilidade dos convidados com contingente mínimo.
- Tempo previsto: a ser definido de acordo com o projeto e objetivo da oficina
- Definição de Recursos e Sistemas audiovisuais
- Equipe definida para realização, considerando representantes da empresa executora da obra e representantes da executora
- Sistema de registro e relatoria dos eventos

As oficinas e reuniões serão realizadas sob responsabilidade da SECULT/UCP, porém, com a participação da empreiteira contratada sempre que necessário.

6.4.1 Chamamento e Mobilização Social

A rede de contatos é ampla, porém, conta-se com a contribuição da equipe social da SECULT/UCP e outras entidades para o refinamento do *mailing list*. A princípio, deverão estar previstas participação das principais lideranças comunitárias, órgãos ou entidades locais, público diretamente afetado e representantes comunitários, de acordo com o escopo e conveniência de cada reunião. A divulgação deve ser reforçada através de convites impressos, convites eletrônicos, ofícios, carro de som, a depender da escolha da melhor alternativa de divulgação para alcance do público alvo.

Os moradores da região afetada pelas obras devem ser acionados e mobilizados através de distribuição de contato com representantes ou pessoalmente, através de convocação porta a porta das pessoas diretamente afetadas.

Entidades governamentais e organizações sociais, bem como representantes da sociedade civil serão convidados através de ofícios e/ou e-mail sempre que o assunto for pertinente à tratativa com os mesmos.

6.4.2 Roteiro das Consultas e Reuniões

Parte 1: Recepção dos participantes, boas vindas e assinatura da lista de presença.

Parte 2: A Consulta será iniciada com uma breve abertura, contando com informações sobre a programação do evento. Nesse momento, também pode ser realizada a apresentação da entidade promotora da Consulta e, quando possível, uma breve apresentação dos participantes.

Parte 3: Na sequência, será realizada uma apresentação do projeto e do escopo da reunião, em linguagem corrente e acessível ao público e com o auxílio de recursos audiovisuais que facilitem o entendimento dos presentes.

Parte 4: Após a apresentação, será aberto um espaço para manifestação do público presente. Este é o momento para as pessoas exporem sua percepção do projeto, dúvidas e expectativas. É uma oportunidade para a SECULT/UCP esclarecer as questões que surgirem, ao mesmo tempo que procura captar a realidade local do ponto de vista dos participantes. As questões serão anotadas para posterior avaliação e análise de sua pertinência e direcionamento no projeto. Neste momento, serão sanadas as questões possíveis de serem respondidas aos participantes, e para as não respondidas será dada uma previsão de encaminhamento e resposta.

Parte 5: Por fim, serão apresentados os canais de comunicação para diálogo e resolução de questões, agradecimentos e encerramento do evento.

Obs.: A consulta será registrada com ata, fotografias para documentação e lista de presença e acordos firmados.

6.4.2.1 Relatório de Consulta / Reunião

O Relatório das Consultas ou Reuniões deve apresentar os objetivos do pleito, evidenciando seus êxitos e falhas, com o intuito de colher questões e anseios da comunidade. Seu conteúdo deve apresentar:

- A data, local e hora da realização da mesma.

- Descrever as atividades envolvidas na elaboração da reunião abrangendo: a divulgação; organização; o registro e a disponibilidade de material e documentos para o pleito.
- Deve-se fazer uma descrição sumária da realização da Consulta Pública, incluindo tempo de duração e sequência de apresentação.
- Descrever como foi realizada a divulgação e o chamamento público.

Além dessas informações, serão necessários os seguintes conteúdos:

Relato das Atividades, Comentários, Perguntas e Respostas

Deve-se fazer um relato de todos os questionamentos feitos pela comunidade durante o processo de Consulta. Na sequência, devem ser apresentadas as questões e a solução dada ao questionamento. Durante o processo todas as questões deverão ser respondidas, porém, caso haja alguma questão não respondida no momento do pleito, os dados do demandante deverão ser colhidos para que seja dada a resposta futuramente.

Registro Fotográfico

Apresentar registro fotográfico durante o evento.

Participantes

Contabilizar o total de participantes na Consulta Pública, caracterizando, se possível. Anexar a lista de presença.

Manual de Consulta Significativa às Partes Interessadas

Nas práticas envolvendo consulta às partes interessadas, deverá ser utilizado como instrumento norteador o Manual de Consulta Significativa às Partes Interessadas. O Manual foi produzido pela Unidade de Salvaguardas Ambientais e Sociais (ESG) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e é integrante de uma série de boas práticas em avaliação e gestão de riscos e oportunidades ambientais e sociais. O objetivo da série é oferecer orientação para profissionais e autoridades econômicas sobre os requisitos de políticas e boas práticas internacionais, além de incentivar a aplicação sistemática e mais bem coordenada dos princípios de sustentabilidade ambiental e social.

O Manual aborda os princípios e conteúdo que devem ser adotados para que um processo de consulta possa ser considerado “significativo”, sendo compatível com as políticas de salvaguardas ambientais e sociais do BID, refletindo seus requisitos explícitos e implícitos sobre os procedimentos a elas associados. Em linhas gerais, ele também é compatível com os requisitos das políticas de outras IFI’s e com a legislação nacional de vários países. O conteúdo da publicação também foi embasado por práticas internacionalmente reconhecidas criadas não apenas pelas IFI’s, mas também por organismos das Nações Unidas como o PNUD, pelo mundo acadêmico, sociedade civil e outros, tanto por meio da redação de políticas formais como de orientação e, de maneira mais informal, mediante experiência dinâmica com a prática de casos. Com o tempo, essa prática de casos pode vir a se formalizar ou se tornar mais explícita à medida que as políticas e procedimentos forem passando por atualizações.

6.4.3 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A SECULT/UCP será responsável pela implementação das ações de Consulta/Reunião com a comunidade.

6.5 PRCC - Programa de Gestão dos Resíduos de Demolição e Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

O maior volume de resíduos gerados nas obras provém de demolições e da construção das novas infraestruturas e de manejo de solo nas atividades de escavação e terraplanagem.

Devido a elevada geração de resíduos, a construção civil configura-se como uma atividade potencialmente degradante ao ambiente. A Gestão de Resíduos da Construção Civil torna-se indispensável para garantir a correta destinação destes resíduos, visando a utilização dos recursos empregados nas construções com adoção de práticas mais sustentáveis.

As obras de escavação e terraplanagem irão gerar quantidade expressiva de resíduos sólidos de diversas classificações. As atividades de demolição das estruturas presentes também irão produzir volume relevante de resíduos da construção e que devem ter uma planejada destinação.

Torna-se necessário, portanto, a implantação de um programa que possa gestionar tais resíduos, evitando-se altos impactos ambientais pelo descarte indevido desses materiais.

A caracterização é particularmente importante no sentido de identificar e quantificar os resíduos e, desta forma, propor o planejamento adequado, visando a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final.

6.5.1 Objetivo

O objetivo do presente Programa é de definir critérios e estabelecer diretrizes mínimas orientativas para as atividades de gestão dos resíduos da construção civil e que formam o grande volume de material excedente e descartáveis.

Como objetivo específico, cita-se definir critérios para a otimização, redução, reutilização, armazenamento, manejo, transporte, tratamento e destinação dos resíduos, visando a melhor gestão e menor impacto deste material.

6.5.2 Atividades Propostas / Abordagem

Com o objetivo de reduzir a geração dos resíduos da construção civil, a Resolução CONAMA nº 307 de 2002 indica que os geradores devem visar em primeiro lugar a não geração de RCC e, na ordem de prioridade, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Sendo assim, os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos, em áreas de vazadouros, em encostas, corpos d'água, lotes vagos e em áreas protegidas por lei.

O gerenciamento de resíduos da construção civil deve abranger, ainda, o conjunto de ações exercidas nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

Seguir o recomendado pela ABNT NBRs:

- 10.004 – Classificação de Resíduos Sólidos
- 10.005 – Procedimentos para lixiviação de resíduos
- 10.006 – Procedimentos de solubilização de resíduos
- 10.007 – Procedimentos para amostragem de resíduos

Deverá ser elaborado o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme exigência da licença ambiental, incluindo:

- a) Disposição de caçambas estacionárias para descarte dos expurgos da pavimentação existente.
- b) Instalação de baias cobertas para estocagem provisórias de insumos da construção civil (britas, areia, ferragens, etc.).
- c) Manejo dos Resíduos da Construção e Demolição (RCD).
- d) Documentação comprobatória da destinação dos resíduos para empresas devidamente habilitadas.

As atividades previstas ainda deverão contemplar:

- Identificação, Segregação e Caracterização do Resíduo
- Quantificação/Inventário Resíduos;
- Amostragem;
- Classificação
- Determinação da alternativa de destinação, tratamento, reutilização, reprocessamento, reciclagem e disposição;
- Valoração dos Resíduos;
- Avaliação de Fornecedores;
- Manejo e Transporte

Os resíduos gerados deverão ser classificados em uma das categorias descritas a seguir:

Classe A:

São os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

- De construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura inclusive solos provenientes de terraplanagem;
- De construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, entre outros.), argamassa e concreto;
- De processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fio etc.) produzidas nos canteiros de obras;

Classe B:

São os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e gesso;

Classe C:

São os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação;

Classe D:

São resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

Segregação/Triagem

Dentre as atividades deve-se prever a triagem dos resíduos entre as diferentes classes, e, ainda, quais resíduos demandam uma separação exclusiva. A segregação é indispensável, pois, facilita as etapas subsequentes, considerando que este trabalho é realizado diretamente na fonte de geração, retirando a necessidade de uma segregação posterior, possivelmente mais onerosa. Além disso, há um ganho de tempo no envio dos resíduos aos seus tratamentos e destinação final dos rejeitos.

Resíduos Classe A devem ser segregados dos demais. Já para os pertencentes à Classe B, sugere-se que sejam separados pelo tipo de resíduo, haja vista a possível necessidade de empresas diferentes responsáveis pelo tratamento e destinação final, principalmente o gesso, resíduo inicialmente categorizado na Classe C, mas dada a publicação da Resolução nº 431 de 2011 do CONAMA, passou a integrar a Classe B.

Infelizmente, a Resolução nº 307 de 2002 do CONAMA não dá exemplos de resíduos Classe C, mas subentende-se que sejam pincéis, lixas sem condições de uso e resíduo de lã de vidro enquadrados na descrição. Portanto, sugere-se que tais resíduos sejam segregados dos demais.

Os resíduos perigosos da Classe D, em razão das suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, conforme Lei N. 12.305 de 2 agosto de 2010 e ABNT NBR 10004:2004 (ABNT,2004). Devido a essas características, estes resíduos devem ser separados dos resíduos não perigosos de modo a evitar a contaminação, bem como para que não haja o comprometimento de processos como a reciclagem e eventuais reutilizações.

Acondicionamento

O acondicionamento deve garantir, conforme planejado na etapa de segregação, a separação dos resíduos, bem como facilitar o transporte do canteiro de obras para encaminhamento ao tratamento e destinação final. Os dispositivos definidos para o acondicionamento devem ser compatíveis com o tipo e quantidade de resíduos, com o objetivo de evitar acidentes, a proliferação de vetores, minimizar odores, carreamento

Sacarias confeccionadas em material plástico, de tamanho variado, deve ser utilizado em lixeiras diferenciadas para cada tipo de resíduo. Estes dispositivos devem ser utilizados para acondicionamento de resíduos Classe B (papéis, plásticos e materiais leves como fardamentos, luvas, botas). O local de armazenamento deve ser coberto.

Baixas móveis ou fixas com divisórias para o acondicionamento temporário deverão ser utilizadas para resíduos Classe B, C e D.

Caçambas estacionárias com capacidade para cerca de 5 m³ são indicadas ao acondicionamento de resíduos como os pertencentes à Classe A, além das madeiras, classificadas como Classe B. Sua retirada do local deve ser realizada por caminhões-caçamba.

Nas áreas onde são gerados resíduos com características domésticas, (Classe B), indica-se a utilização de lixeiras comuns.

Transporte

A etapa do transporte define-se pela remoção dos resíduos dos locais de origem para estações de transferências, centros de tratamento ou, então, diretamente para o destino final. É importante implantar uma logística para o transporte, provendo acessos adequados, horários

e controle de entrada e saída dos veículos que irão retirar os resíduos devidamente acondicionados, de modo a combater o acúmulo excessivo de resíduos, melhorando a organização local. As empresas transportadoras devem possuir licença ambiental para esta atividade específica.

Tratamento e destinação final

A etapa de tratamento dos resíduos envolve as ações destinadas a reduzir a quantidade ou o potencial poluidor dos resíduos sólidos, seja impedindo descarte de rejeito em local inadequado, seja transformando-o em material inerte ou biologicamente estável.

Dadas as prioridades, quando verificadas as alternativas de tratamento para a reutilização e reciclagem, e por fim resultar nos rejeitos, estes devem ser dispostos.

Os resíduos devem ser tratados de acordo com a classificação:

Classe A

Resíduos de cimento, argamassas e de componentes cerâmicos, para que possam ser reaproveitados, devem ser enviados até áreas de transbordo e triagem de resíduos da construção civil e resíduos volumosos. Nestes locais ocorre a triagem, o armazenamento temporário dos materiais segregados, a transformação ou remoção para destinação adequada. Também podem ser enviados a aterros de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros.

No caso de remoção de solos, deve-se dar preferência à utilização na própria obra. Não sendo possível, pode-se reutilizar na recuperação de solos contaminados, aterros e terraplanagem de jazidas abandonadas, utilizar em obras que necessitem de material para aterro, ou, ainda, encaminhar o solo para aterros de resíduos Classe A.

Classe B

Resíduos como metal, plástico, papel, papelão e vidro devem ser encaminhados a usinas de reciclagem. Quanto às madeiras, deve-se verificar a possibilidade da reutilização das peças mesmo que tenham sido danificadas, recortando-as adequadamente de modo a utilizá-las em outros locais. Caso não seja possível a utilização na própria obra, as madeiras, sem contaminantes como tintas e vernizes, podem ser destinadas para cogeração de energia ou matéria-prima para outras obras civis.

Classe C

Os resíduos da Classe C não podem ser reciclados ou recuperados. Devem ser, portanto, encaminhados a aterros industriais para resíduos não perigosos e não inertes.

Classe D

Os resíduos perigosos devem ser encaminhados para aterros industriais, que têm tecnologia para minimizar os danos ambientais do passivo.

Amostragem

A amostragem de resíduos sólidos constitui uma operação de fundamental importância, pois, o resultado de uma análise efetuada na amostra somente tem valor se aquela porção do resíduo tomada para análise representar o mais fielmente possível a composição e as propriedades do todo que ela representa.

A amostragem é importante para se ter uma classificação precisa e adequada do resíduo, principalmente para se ter certeza daqueles definidos como classe III pela NBR 10.004.

A amostragem deve ser realizada logo após a geração do resíduo, sendo que para resíduos estocados ao ar livre a coleta deve ser feita a uma profundidade superior a 15 cm.

6.5.3 Inserção do Programa no Cronograma

Este Programa deverá ser implantado durante as obras e deverá estar ativo durante todo o processo de construção.

6.5.4 Responsável pela Execução/Implementação do Programa

A Implementação deste Programa é responsabilidade da construtora, sendo responsabilidade do SECULT/UCP a verificação da adequada aplicação dos dispositivos aqui descritos.